



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2039/2013	DATA: 21/11/2013	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h9min	TÉRMINO: 12h51min	PÁGINAS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SANDRO AVELAR - Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.  
JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS - Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.  
JOOZIEL DE MELO FREIRE - Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.  
RONER GAMA - Representante da Associação Rede Democrática PM-BM.

SUMÁRIO

Debate acerca do tema Direitos Humanos e a Reestruturação da Carreira dos Policiais Militares do Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Nós vamos reiniciar os trabalhos. Esta demora deve-se ao encerramento das gravações lá e à passagem para este plenário. Peço desculpas novamente pelo transtorno. A técnica é sempre um problema. Quando fiz meu curso de didática, o professor dizia: *“Nunca confie na técnica, porque, quando ela falhar, você terá que dar aula sem as técnicas. Terá que fazer a apresentação mesmo que o notebook não funcione e tal...”*

Vamos aguardar 3 minutos. *(Pausa.)*

Esta sessão está sendo gravada e será transmitida pela *TV Câmara*. Não está sendo transmitida ao vivo porque estamos tendo sessão no plenário, mas essas sessões de Comissão normalmente passam na *TV Câmara*. Como vocês às vezes têm de ficarem acordados à noite, poderão assistir a esta sessão no “corujão”, às 2h da manhã, quando as Comissões são transmitidas. Devem passar a íntegra desta sessão. *(Pausa.)*

O Secretário de Estado de Segurança do Distrito Federal já está à mesa e será o próximo a palestrar. Quero agradecer-lhe o comparecimento.

Com a palavra o Sr. Secretário Sandro Avelar, que dispõe de 10 minutos flexíveis.

**O SR. SANDRO AVELAR** - Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Amauri Teixeira, que preside esta sessão; os meus parceiros, amigos e colegas de trabalho; o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Jooziel; o também amigo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Coronel Júlio Cesar; e o Sargento Roner, nosso amigo, que vem também conversando e buscando discutir os assuntos relativos a essas corporações.

Presidente, eu não vou precisar fazer uso desses 10 minutos. Eu quero dizer que, na condição de Secretário de Segurança Pública, eu tenho tido a oportunidade de testemunhar — mais do que na condição anterior que eu tinha, como cidadão de Brasília que acompanhava as atividades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros com admiração, mas sem aquele acompanhamento diário das atividades — as dificuldades pelas quais passam essas duas corporações, que ainda assim têm sido um exemplo para o resto do País.

Eu sou Delegado de Polícia Federal de carreira, então me sinto com absoluta isenção para dizer que essas corporações vêm fazendo um trabalho grandioso. Ao



dar a face para o Estado, ao dar cara para o Estado em momentos difíceis, como os que temos passado em todo o País, têm-se saído extremamente bem, em razão do comprometimento desses homens que atuam em momentos difíceis, sob pressão, como temos acompanhado em todo o País durante essas grandes manifestações.

Diferentemente do que aconteceu em outros Estados, Brasília, o Distrito Federal, ao ser representado por essas corporações, houve-se muito bem justamente em razão do equilíbrio, preparo e comprometimento dos homens que compõem a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

Eu tenho muito a dizer também a respeito das outras corporações que fazem parte do sistema da segurança pública, mas uma coisa eu tenho dito abertamente, sempre falei: a melhor forma de lidar com essas questões é com transparência, à luz do dia. Esta é uma sessão plenária onde nós temos representantes dessas corporações, mas com certeza temos a transparência e a publicidade necessárias para que todos tomem conhecimento. Eu quero dizer aqui, em público: nesses momentos difíceis, perdoem-me e me compreendam todos aqueles que compõem outras corporações de igual valor, mas a Polícia Militar é que se expõe, que fica sujeita às críticas pelos excessos que eventualmente podem vir a ser cometidos nos momentos de dificuldade. E aí, nessas horas, ganha o título e o rótulo de truculenta, como também, por outro lado, caso não aja, caso não faça o seu trabalho de maneira equilibrada, se não conseguir conter determinados movimentos, acaba ganhando a fama de frouxa, que para uma corporação policial é simplesmente desastrosa.

Aqui, no Distrito Federal, a gente pode se orgulhar de ter tido, em razão da atuação dessas pessoas, desses homens e mulheres que compõem essa corporação, o equilíbrio necessário. Eu me lembro de que no Distrito Federal, Capital da República, eles são absolutamente sobrecarregados. Por quê? Além das suas atividades diárias de conter a criminalidade, que é crescente em todo o País, nas 31 Regiões Administrativas diferentes de Brasília atuam com uma quantidade de homens menor do que a desejável, até porque aqui, no Distrito Federal, nós tivemos uma explosão demográfica nos últimos 20 anos e a população triplicou. Em 1993, nós tínhamos 1 milhão e 60 mil habitantes. Hoje nós temos, somente dentro do quadrilátero, 2 milhões e 800 mil habitantes. Praticamente triplicamos a nossa



população. E considerando a população do Entorno, Presidente, que é flutuante no Distrito Federal, nós saltamos para 4,5 milhões de habitantes, o que faz de nós a terceira maior metrópole do Brasil, ficando somente atrás de São Paulo e Rio de Janeiro, ultrapassando inclusive Salvador, da nossa Bahia de Todos os Santos, que V.Exa. tão bem representa.

Esses homens são sobrecarregados por essa quantidade de serviço, que não lhes falta, para poder dar segurança a todas essas Regiões Administrativas e pelo acúmulo de atividades que têm, em razão de estarmos na Capital Federal, onde manifestações, passeatas e movimentos naturalmente tendem a se deslocar de outros Estados para cá, o que nos sobrecarrega ainda mais. Muitas vezes, somos obrigados a deslocar efetivos de diversas Regiões Administrativas, para dar conta de manter a tranquilidade e a ordem nessas manifestações e nesses movimentos que acabam acontecendo aqui no Distrito Federal, naturalmente, por ser a Capital do País.

Então, Presidente, eu acho que qualquer discussão que venha atender a essas demandas, que são institucionais — e falo isso com muita tranquilidade, pois, na condição de ex-Presidente de entidade de classe, sei diferenciar as demandas que são pura e simplesmente classistas das demandas que são institucionais —, eu digo que essas discussão não são somente bem-vindas, são mais do que isso: são necessárias.

E a transparência nesse processo é fundamental. É preciso que a gente exponha as dificuldades, aborde os itens. E eu posso dizer também, na condição de Secretário de Segurança Pública — e, portanto, membro do Governo —, que a gente tem que discutir. E nós vamos pontuar todas essas questões, para que possamos resolvê-las.

Ninguém pode dizer que as dificuldades não existem, porque existem sim, e nós sabemos dessas dificuldades. Sabemos inclusive que o fato de a nossa Polícia ser paga com recursos do Fundo Constitucional, verba oriunda do Governo Federal, muitas vezes acaba dificultando os processos de negociação, porque de certa forma nos engessa. E a corporação carrega a pecha de ser a mais bem remunerada do País, quando na verdade já não o é. Já foi, mas não é mais.



Então, são questões atuais, são questões que têm que ser enfrentadas. E nós estamos dispostos a fazê-lo. O Governo do Distrito Federal, o qual eu represento, e eu, na condição de Secretário, tenho a obrigação de estar criando condições de fazermos essas discussões, mas buscando, acima de tudo, soluções.

Enquanto presidente de entidade de classe, certa vez, durante um movimento — e naquela época a Polícia Federal vinha sendo muito elogiada —, eu comentei: *“Elogio é bom. Respeito é ainda melhor.”* Então, ao elogiar essa corporação, eu sempre me lembro daquela minha passagem. Mas os elogios são sinceros, são reais, como naquela época também eram reais os elogios à Polícia Federal. Mas o respeito a gente demonstra tratando as coisas com franqueza, com transparência e buscando realmente soluções. Esconder as dificuldades, prometer coisas que não se vai cumprir, estes não são aspectos que eu tenho condições de defender, porque eu não concordo com isso. Agora, reconhecer a necessidade de mudanças, reconhecer a necessidade de melhoras, reconhecer a necessidade de se discutir e trazer soluções para questões que muitas vezes são controvertidas, mas merecem e devem ser tratadas com respeito e com transparência, isso é algo que nós vamos fazer, temos que fazer. Não é favor, é obrigação.

Eu não vou aqui colocar a minha condição de Secretário como se nós estivéssemos em trincheiras diferentes, como se não estivéssemos do mesmo lado, uns pedindo e outros negando. Não! E também não estou aqui para poder dizer que todos os itens — que são muitas vezes objeto de reivindicações justas, legítimas — podem a essa altura ser contemplados de imediato, pois eu também não estaria sendo sincero. E eu acho que não há falta de respeito maior do que essa.

Mas uma coisa, Presidente, eu quero deixar clara e quero falar publicamente: é, sim, chegada a hora de se dar transparência a essas questões que vêm sendo levantadas por essas corporações que estão aqui representadas, porque a gente percebe nitidamente as questões. E essa sensibilidade nós temos que ter, tanto como Governo quanto como representantes classistas que fomos. E estamos constantemente conversando com as bases. Há, sim, uma necessidade de realinhamento dos interesses que vêm sendo demonstrados por essas corporações, para que nós possamos continuar trabalhando, como vínhamos trabalhando, dando exemplo para o resto do País.



Hoje você conversa com o praça, conversa com o oficial e percebe nitidamente que há, sim, uma preocupação por parte de todos que compõem essas corporações. Então, não é algo que a gente possa deixar passar despercebido. Não se pode fingir que não há nada para ser discutido e que as coisas estão 100%, pois não estão. Então, tratando isso com transparência, tratando isso com respeito, eu quero assegurar que nós vamos encontrar soluções que sejam viáveis para manter essas corporações motivadas e prestigiadas, para que continuem sendo exemplo para o resto do País.

Enquanto cidadão, eu sou muito agradecido à Segurança Pública do Distrito Federal. Agora, como Secretário, ainda mais, porque do outro lado, do lado de cá dessa trincheira, eu percebo o esforço que essas pessoas, que esses homens e mulheres têm feito para poder — muitas vezes, mal compreendidos — fazer essa atividade, que talvez seja a mais árdua entre todas as existentes no nosso País e em qualquer país. Basta ver que no Brasil comemoramos a elevação da expectativa de vida para 75 anos, o que é muito bom, e a expectativa de vida de um policial não chega a 60 anos, é menor do que 60 anos! Isso mostra a diferença de desgaste, de sacrifício que essas corporações têm, comparadas a tantas outras, às vezes muito melhor remuneradas, mas que não sofrem o desgaste tamanho que sofrem essas corporações.

Eu quero dizer, Presidente, para encerrar, que eu vim hoje aqui para ouvir e para reafirmar o nosso compromisso de resolver questões que serão aqui tratadas e que já vinham sendo tratadas, e da maneira mais transparente possível, porque acho que isso é respeito, é consideração. É assim que têm que ser tratadas.

Eu encerro por aqui. Coloco-me à disposição para responder a alguma pergunta eventual que alguma pessoa presente queira fazer. Coloco-me à disposição para também ajudar nesse processo de trazer à baila os pontos principais que vêm sendo trazidos pelas corporações, para que nós possamos tratá-las com o devido respeito e a devida transparência, buscando realmente atender aos pleitos que vêm sendo ao longo desses anos discutidos e que merecem, sim, a busca de uma solução.



São vários esses pleitos. Passam por reformas pontuais como também por reformas que vêm de maneira orgânica. Muitos não são fáceis de serem resolvidos, mas têm que ser enfrentados. Nós estamos aqui para isso.

Bom dia a todos. Que esta reunião seja coberta de êxito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Quero registrar a presença da Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, que junto comigo é requerente desta sessão, e a do Deputado Delegado Protógenes.

Eu agradeço ao Secretário Sandro Avelar pela palestra e passo a palavra ao Cel. Júlio César dos Santos, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a quem também agradeço por ter aceito o nosso convite.

**O SR. JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS** - Bom dia a todos. Bom dia a V.Exa., Sr. Deputado Amauri Teixeira, Presidente desta sessão, na pessoa de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa.

Bom dia a V.Exa., Deputada Erika Kokay, a quem eu agradeço, juntamente com o Deputado Amauri Teixeira, o requerimento que permitiu que nós pudéssemos participar deste evento falando em nome da corporação que eu comando, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Na medida em que eu vou falando, gostaria de passar uns eslaides. É possível apagar as luzes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Solicito que apaguem as luzes.

**O SR. JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS** - Pelo menos as luzes da frente.

Cabe uma ressalva: em que pese às duas instituições — Polícia Militar e Corpo de Bombeiros — serem instituições regidas pela mesma legislação militar, nós temos missões muito diferentes, muito distintas. Em função disso, nós temos posturas operacionais e posturas administrativas e de gestão muito diferenciadas também. Nossa tropa é aquartelada, a tropa da Polícia é desaquartelada. Isso traz também diferenças no que diz respeito à lide diária, aos relacionamentos diários e a uma série de outras questões. Isso tudo reflete também nos relacionamentos interpessoais no ambiente profissional.

Como a proposta que nos trouxe aqui foi questão da reestruturação da carreira policial militar, nós, do Comando do Corpo de Bombeiros, temos tido



preocupação com a carreira desde a mudança da legislação que nos rege, a Lei nº 12.086, de 2009, que reestruturou de forma inicial a nossa carreira e trouxe uma inovação significativa, que foi o ingresso na condição de soldados bombeiros militares de militares com formação de nível superior.

A partir daí houve uma mudança de postura institucional. Em que pese o pouco tempo da presença deles em nossos aquartelamentos — eles estão há 1 ano e meio só na tropa —, isso tem gerado reflexões a respeito da carreira envolvendo o militar, esteja ele na condição de oficial, esteja ele na condição de praça.

Para que nós possamos iniciar de forma breve, as nossas instituições, em especial a instituição que eu comando, independente de ela ser militar ou não, uma instituição tem que ser, por força de conceitos de gestão, tem que ter uma estrutura piramidal, tem que ter hierarquia, ou mais frouxa ou menos frouxa, necessita ser verticalizada e, no caso específico da nossa instituição, ela é estratificada em funções, no caso específico, também postos e graduações, com base em capacidades e competências, que são adquiridas durante os cursos de formação e especialização dos nossos militares e consolidadas ao longo da carreira no exercício diuturno da atividade profissional.

A situação atual é a existência de duas carreiras, uma carreira de oficiais, é a carreira de gestão institucional, e a carreira de praças, que é a carreira de execução das atividades basicamente operacionais e de apoio.

Uma síntese sobre as condições da carreira da praça e sua progressão: o militar hoje tem acesso, na base, por meio de concurso público de terceiro grau. Ele é admitido no Corpo de Bombeiros como soldado bombeiro militar de segunda classe, durante o curso de formação. A formação dura 6 meses. Após a formação, ele é promovido a soldado bombeiro militar de primeira classe. Cumpridos os interstícios regulamentares, ele é promovido a cabo, a terceiro sargento, faz um curso obrigatório de carreira, que é o curso de aperfeiçoamento de praças, é promovido a segundo sargento, faz um curso obrigatório, que é um curso de aperfeiçoamento de praças, é promovido a primeiro sargento e a subtenente. Aí encerra a carreira da praça. Na legislação vigente, ele tem a garantia da ascensão funcional até subtenente. Daí em diante, há possibilidade da transmutação da carreira. Hoje, isso é feito mediante o processo de promoção normal, a partir de





novembro do ano que vem, por meio de processo seletivo, ele fará um concurso interno, fará um curso e será promovido, após a aprovação em ambos, a segundo tenente do quadro de oficiais do Corpo de Bombeiros Militares administrativo e, cumprindo os interstícios, a primeiro tenente, a capitão. Fará, então, um curso de aperfeiçoamento de oficiais, que é exigido para todos os oficiais que se encontram pleiteando a promoção a major, e será promovido a major. E a gente tem a segunda etapa da carreira, que é a etapa em que ele exerce atividades de gestão.

Temos a outra carreira, a carreira de oficiais. As condições de acesso são as mesmas, mediante concurso público de terceiro grau. Ele realiza um curso de 2 anos de duração. No primeiro ano, ele é cadete do primeiro ano, cadete do segundo ano, é promovido a aspirante, um estágio probatório de duração de 8 meses. Cumprindo esse estágio, é promovido a segundo tenente, cumpre os interstícios regulamentares, primeiro tenente, capitão. Faz o mesmo curso de aperfeiçoamento, é promovido a oficial superior, major, tenente-coronel, e, para ser promovido faz ainda um curso de altos estudos, para que aí tenha condições de ser promovido a coronel, que é OBM. Essa é a carreira do oficial.

Qual é a proposta em estudo do Corpo de Bombeiros? Este é um esboço. Isto é motivo de reflexão no alto comando da corporação. Já existe uma carreira Y dentro da estrutura do Governo, e a nossa proposta é a proposta de adaptação dessa carreira Y, hoje vigente na estrutura do Governo Federal, a carreira Bombeiro Militar.

Basicamente, trata-se do seguinte: ingresso único, concurso de terceiro grau, o militar entra na base da instituição como soldado segunda classe, faz o curso de formação, é promovido a soldado de primeira classe e aí ele tem necessariamente de cumprir uma experiência profissional mínima de pelo menos 1 ano de duração.

As condições de ingresso no Corpo de Bombeiros são as condições estabelecidas na lei, e o requisito idade é considerado. A idade máxima permitida é de 24 anos no Corpo de Bombeiros. São as condições estabelecidas na lei. Então ele passa, após o curso, pelo menos 1 ano na condição de soldado, e tem, depois de 1 ano, a possibilidade de fazer ou não o curso de formação de oficiais mediante concurso interno.



Requisitos para fazer o curso de formação de oficiais: ele vai realizar um concurso interno intelectual, um concurso interno de saúde, físico e psicológico, tudo conforme o que está estabelecido no perfil profissiográfico da carreira. Aprovado em concurso, ele fará o curso, que tem 2 anos de duração. Cumprido o curso, ele é promovido a aspirante e segue a carreira de oficial com acesso até coronel. Se ele não passar no concurso ou se não passar no curso, ele dá continuidade à carreira dele de praça, conforme nós vimos anteriormente, com a possibilidade de chegar ao posto de major. Então, basicamente, essa é a diferença.

Existe uma idade limite para ele fazer o curso de formação de oficiais, que é de 28 anos de idade, para que ele possa ser promovido a aspirante oficial com 30 anos de idade e entrar na nova carreira.

Então, essa é a síntese do trabalho que vem sendo pensado e que nós estamos apresentando. Então, tem sido discutido no alto comando do Corpo de Bombeiros como uma proposta para nós aproveitemos a excelente mão de obra que tem ingressado na corporação a partir da legislação em vigor.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade ao Deputado e à Deputada Erika Kokay.

Muito obrigado e a todos um bom dia. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Nós agradecemos, Coronel, a sua gentileza em ter comparecido.

Passamos a palavra ao Coronel Jooziel de Melo Freire.

**O SR. JOOZIEL DE MELO FREIRE** - Bom dia a todos, bom dia a todas.

Sr. Presidente, Deputado Amauri Teixeira, quero agradecer o convite, a possibilidade de estarmos aqui discutindo, é um momento ímpar, e isso é muito significativo.

Deputada presente Erika Kokay, muito obrigado por também estar fomentando esse tipo de discussão. É salutar para as nossas instituições.

Cumprimento também o nosso Sargento Roner Gama, que já fez uso da palavra, o Dr. Sandro Avelar, Secretário de Segurança, o Cel. Júlio, amigo.

Vou tentar não ser repetitivo, até porque o Roner já discursou a respeito de algumas questões importantes, o nosso Secretário de Segurança falou do trabalho que vem sendo desempenhado pelas PMs do Brasil; ele foi bem enfático nisso,



sobre a competência, destreza e capacidade das Polícias Militares no Brasil, e o Cel. Júlio do Bombeiros trouxe um *en passant* sobre a estrutura que nós temos hoje e o que tem sido discutido, similar ao que existe também na Polícia Militar. Então, nós vamos tentar não repetir as palavras, até para cumprirmos o tempo.

Existem fatores que foram apresentados e que nesta Casa de discussão precisam, na minha opinião, ser socializados para que as discussões sejam feitas de maneira concreta, pragmática, com os pés no chão e não tão-somente voltadas para uma questão romântica do processo.

Nós temos toda a população brasileira, neste momento, sujeita a uma série de alterações dependendo do posicionamento da segurança pública do País, que, a despeito do que pesa sobre as PMs do Brasil de um legado ditatorial devido à formatação das Forças Armadas, mas foram as PMs do Brasil que sustentaram o Estado Democrático de Direito no nosso País. Nós vimos isso acontecendo a partir de junho deste ano, e isso nos levou a toda a história da nossa existência, deixando claro que, se nós vivemos em uma democracia, a manutenção dessa democracia tem sido levada a efeito pela PM do Brasil por todos esses rincões que nós possuímos.

Nós estamos chegando a 27 anos de serviço. É verdade, o Roner trouxe uma reflexão significativa: nós carecemos de mudanças. Mas, como falamos no início, essas mudanças não podem ser românticas, essas mudanças não podem atender e atender tão somente pessoas ou grupos de pessoas com interesses em capitalizar nichos para fazerem valer seus pensamentos filosóficos, partidários, idealistas. Nós precisamos entender que as instituições PMs do Brasil existem para manutenção da ordem e da segurança pública, e temos feito isso com muita galhardia. Agora, mudanças precisam ser levadas a efeito.

Realmente, nós temos muitas coisas que o processo isomórfico das Forças Armadas ainda nos deixou como legado e que precisam ser mudadas. Nós estamos agora às portas... Amanhã, por uma coincidência, a comissão que foi nomeada para mudança do RDE, do Regulamento Disciplinar do Exército, conclui seus trabalhos, construindo um código de conduta dentro da Polícia Militar do Distrito Federal. Então, essa é uma grande necessidade. E detalhe: essa necessidade é institucional. Eu não vou citar o nome, mas um general — isso estava numa revista, na *Veja*, a gente pode falar — disse, numa entrevista sobre aplicação do Regulamento



Disciplinar do Exército nas Polícias Militares, que isso era descabido, que mesmo nas Forças Armadas, mesmo no Exército, aquele Regulamento não era mais importante e não cumpria mais com a sua finalidade.

Nós vimos várias mudanças ao longo do período. Ou seja, ao longo dos anos nós temos visto inúmeras mudanças acontecendo, e essa é uma mudança extremamente importante. Ela é tão importante que nós já a estamos fazendo e agora, amanhã, a comissão entrega o seu trabalho.

Uma coisa interessante e importantíssima deve ser dita: apesar de precisarmos de mudanças, elas não podem ser motivadas por esses — desculpe-me, eu quero parafrasear, com todo o respeito, meu amigo, o Diretor da Polícia Civil — sociólogos que fazem pesquisas com 16 pessoas e acham que essa é a opinião do nosso País. Ou seja, em hipótese nenhuma, nós podemos sequer pensar que as mudanças que devem ser levadas a efeito precisam acontecer porque a responsabilidade pela violência e pelas mortes em nosso País é das forças de segurança. As polícias do Brasil, as forças de segurança deste País não produzem violência. Nós não produzimos insumos para a violência, em hipótese nenhuma, muito pelo contrário.

Então, nós nos assenhorearmos de pesquisa, desculpem-me, na minha opinião, descabidas, sem críticas e falarmos que as PMs do Brasil são responsáveis pela quantidade de pessoas que morrem e pela violência, é totalmente impróprio. Nós não produzimos insumos para a violência, nós sabemos que os insumos da violência são produzidos pela falta prospecção, de trabalho, de educação, de família; enfim, tudo isso traz problemas e gera violência em nossa Nação.

As Polícias Militares existem justamente para fazer com que haja a manutenção da segurança e do patrimônio. Em hipótese nenhuma, nós vimos alguém em seu estado de juízo perfeito falar que as Polícias Militares não são democráticas. Sabem por quê? Porque as Forças Armadas são legitimamente treinadas para matar e destruir, e nós somos treinados, ao longo de toda a existência — eu estou falando de quase 27 anos de serviço —, para preservar e proteger.

Não significa dizer que o conceito também foi importado. O modelo existe, a estrutura foi representada, mas o conceito, o comportamento não foi importado.



Tanto não foi importado que nós, aqui em Brasília, trabalhamos com manifestantes por diversas vezes, ao longo de todos esses anos, e todas as manifestações foram levadas a êxito, a democracia foi cumprida, a ponto de — e ontem nós falávamos aqui, numa Comissão, sobre os *black blocs* — depormos um Presidente da República sem máscaras.

Agora, a pergunta é: se nós perdermos essas estruturas e o anarquismo — porque liberdade sem limites gera anarquismo — se estabelecer, como vamos controlá-lo? Detalhe, a quem interessa isso? Hoje nós sabemos que as nossas instituições são altamente democráticas, tão democráticas que promovem a democracia. Nós sabemos disso e estamos vendo isso pelo País afora. Infelizmente, às vezes, uma vez aqui, outra vez ali, algumas pessoas se arvoram no direito, sem conhecimento de causa, de falar que as instituições, as Polícias Militares contribuem para o cometimento do crime devido à estrutura isomórfica das Forças Armadas, o que não é verdade.

Outro fator muito interessante que eu gostaria de deixar aqui registrado é com relação à avaliação da sociedade. Eu quero questionar o posicionamento dessa pesquisa, quando diz que a sociedade não recepciona o trabalho das PMs no Brasil. Isso não é verdade, nós sabemos disso. Não posso dizer que essas pesquisas são direcionadas, mas elas são, no mínimo, limitadas na sua abrangência e no seu recorte. Sabem por que nós sabemos disso? Porque hoje as Polícias Militares, as forças militares, as instituições militares, as instituições eclesiásticas formam o que nós temos de melhor no mundo. Os colégios militares e os colégios eclesiásticos formam os maiores e os grandes pensadores que nós temos no mundo, devido à necessidade e à visão que nós temos de País, a necessidade que nós temos e o comportamento necessário de estruturação, de algo coordenado.

Então, hoje, quando se entrevista um grupo de pessoas que sabem da importância da manutenção da ordem e da segurança, vê-se que essas pessoas dão parabéns para todos aqueles que atuam como policiais militares dentro de qualquer sociedade, seja em Brasília, seja fora de Brasília. Nós não podemos, em hipótese alguma, colocar nos ombros das Polícias Militares a existência de violência, ou um direcionamento. Se morre A ou B, independente da cor, da religião, não podemos colocar isso sobre as costas da instituição. Isso não existe.



A mudança é necessária. Na forma como nós vamos gestar a corporação, é importante que sejam feitas algumas mudanças. As nossas remunerações estão aquém das nossas necessidades para sobrevivência e manutenção da nossa família. Isso tudo precisa ser alterado, mas não significa dizer que o nosso modelo é responsável pelo resultado da violência que nós temos dentro do País. Isso não é verdade. O nosso modelo e a segurança pública não podem ser responsabilizados por isso.

Dentro desse processo, nós não podemos ser comparados com nada nem com ninguém. Eu costumo ler algumas pesquisas, e é dito o seguinte: *“No Brasil, policial mata mais”*. E o policial morre mais também. Sempre nos comparam com a Inglaterra, com o Canadá, com os Estados Unidos, com Nova York. É interessante porque as estruturas de que a segurança pública dispõe no Canadá, na Inglaterra e em Nova York nós não dispomos aqui, mas nos comparam com eles em pesquisas. Por isso eu questiono as pesquisas. Se a Scotland Yard viesse trabalhar no Brasil, com a população que nós temos, talvez produzisse mais mortes do que a Polícia do Brasil produz, porque não sabe, não tem condições e não participa dos enfrentamentos de que nós participamos.

Ontem nós falávamos, na Comissão, o quão é difícil — e aqui em Brasília, graças a Deus, nós não temos essa situação — ingressar em uma área de conflito, sendo recebido por bala de fuzil e, detalhe, sem que tenha havido a preocupação de sequer dar um colete em condições de proteger a vida protegida do policial.

O problema não está na estrutura que rege hoje as nossas instituições, o problema está em saber o que é necessário fazer para que essas instituições melhorem. Tão somente mudar a estrutura? Nós vamos permanecer do mesmo jeito! Talvez nós façamos o seguinte: *“Olha, a partir de hoje nós não vamos mais ser militares, nós vamos ser civis”*. Ótimo! E aí? Mudou o quê? Vai continuar tudo do mesmo jeito. As armas são as mesmas, os coletes são os mesmos, as viaturas são as mesmas, o salário é o mesmo, o plano de saúde, que não existe, é o mesmo. Todas essas questões precisam ser discutidas, quando nós falamos em reestruturação das forças de segurança, e não somente se pensar que deixar de ser militar vai deixar de ser piramidal. Onde existe isso? Em nenhum lugar do planeta! Vai deixar de ser hierarquizada? Onde existe isso?



Antes de entrar na minha instituição, eu trabalhei em duas empresas, na Antarctica e na Souza Cruz. Eu me recordo de que, quando eu trabalhei na Antarctica, eu deixei de comparecer ao trabalho, em uma Quarta-Feira de Cinzas, porque resolvi alongar o meu carnaval lá no Rio de Janeiro. Quando eu cheguei para trabalhar, na quinta-feira de manhã, eu tinha sido demitido. Fui procurar o meu amigo, que falou: *“Não, nós não admitimos isso, em hipótese alguma. Qualquer um que emendar a Quarta-Feira de Cinzas aqui na empresa será demitido”*. Eu fui demitido e acabou. Então, em todas as instituições, nós temos a gradação, nós temos a função, cada um cumpre com o seu *mandamus*.

Hoje, falar que a Polícia Militar não é democrática e que tolhe a ascensão funcional é um grande equívoco. Qualquer policial militar, ao ingressar na corporação — detalhe: sem limite de idade —, conforme prevê a Lei 12.086, pode ser coronel da Polícia, basta que vá para a academia, e é aberto, e é meritocracia. Hoje, 82% dos nossos cadetes são praças; 82% dos cadetes que estão hoje na academia são oriundos do quadro de praças.

Então, nós temos que discutir, sim, importantíssimo isso, mas temos que discutir de forma mais profunda. Entendo que a PEC 51 tem que ser discutida, a PEC 102, Sr. Presidente, tem que ser discutida também, faz parte das nossas necessidades de mudança, mas eu tenho muita preocupação de que mudanças pontuais possam tão somente capitalizar interesses pessoais, interesses momentâneos, interesses pontuais. Isso é muito importante, porque já passamos, sim — e aí eu concordo em gênero, número e grau com o Roner —, do tempo de sermos considerados Polícia de Estado, instituição de Estado e não uma instituição de Governo. De 4 em 4 anos, alguém nos oferece alguma coisa, e nós passamos 4 anos brigando por isso e não conseguimos.

Nós precisamos, sim, que tanto esta Casa quanto a sociedade vejam as nossas necessidades e as atendam. Não precisamos nos preocupar com a diferença salarial dentro da nossa instituição. Nós precisamos nos preocupar, sim, com que a nossa instituição como um todo seja muito bem remunerada, do soldado ao coronel. Nós não enxergamos instituição nenhuma discutindo dentro dela sobre disparidade salarial. Elas brigam coesas, unidas, para que todos sejam beneficiados. Nós precisamos de unidade, para sermos tratados como instituição de Estado e não



instituição de Governo. Enquanto nós não fizermos isso, o processo pode ser autofágico e quem vai ser grandemente prejudicado é a nossa sociedade. Detalhe: nós fazemos parte dessa sociedade.

Eu hoje tenho 4 filhos andando pela cidade, trabalhando e estudando, e uma esposa. Quem está prestando a segurança pública para eles somos nós. Se nós não fizermos isso da maneira correta, com unidade, discutindo com seriedade, sem irmos atrás de “socioloides” que ficam inventando pesquisas e dizendo como nós devemos ser, vamos levar a sociedade ao caos. Vou ser sincero, como eu disse ontem aqui na Comissão, o caos não interessa ao povo brasileiro. O que interessa ao povo brasileiro é a ordem, é a paz dentro da nossa sociedade. Nós vamos mudar, sim, mas vamos mudar com ordem, vamos mudar com equilíbrio, vamos mudar com discussão. Nós temos, sim, que discutir.

Como o Roner falou, por que precisa de permissão para sentar aqui numa mesa, se se pode passar na frente? Isso é verdade, é arcaico. Nós precisamos mudar, precisamos atualizar-nos. A própria Bíblia fala sobre a atualização, sobre a renovação da mente. Nós precisamos fazer isso para quê? Para que a sociedade seja bem assistida. O nosso mister é prestar um serviço de excelência para a sociedade. Esse é o nosso foco; aqui, a sociedade de Brasília; no País, a sociedade de todo o nosso Brasil.

Agora, eu gostaria que ficasse muito bem registrado isto: nós polícias militares, segurança pública, não produzimos insumos para a violência. Não somos nós que fazemos isso. Quem produz insumo para a violência são outras situações. Nós enfrentamos a violência. Detalhe: não se enfrenta violência com rosas na mão; enfrenta-se violência com equipamento, com inteligência e com preparo técnico profissional. Eu quero ver alguém tentar um diálogo com um traficante com um fuzil na mão. Se a pessoa for lá conversar com ele, vai morrer. Isso é romantismo. Então, nós precisamos sentar, colocar os pés no chão e discutir o que a sociedade brasileira quer da sua Polícia. O que a sociedade brasileira quiser da sua polícia, nós vamos acatar. Nós queremos fazer parte dessa discussão. Nós estamos preocupados com a sociedade há mais de 200 anos e temos feito, como disse o Dr. Sandro Avelar, um brilhante trabalho.





O Distrito Federal hoje contabiliza os melhores índices de segurança pública dos últimos 15 anos. Devido a quê? A uma mudança. Qual foi a mudança? Integração das forças de segurança com o programa Ação pela Vida, lançado pelo Governador Agnelo, no dia 23 de abril do ano passado. Os melhores índices de segurança pública dos últimos 15 anos. Detalhe: hoje nós somos 2,8 milhões de habitantes, a terceira maior metrópole do País, com 1,5 milhão veículos circulando. E o efetivo, como diria o nosso saudoso Chico Anísio, “ó!” — pequenininho. Nós estamos otimizando, trabalhando e nos superando. Isto, sim, precisa mudar: que nós não sejamos tão sobrecarregados e não cheguemos aos 25 anos de serviço com pressão alta, diabetes, doenças crônicas, que são irreversíveis. Então, isso nós precisamos, sim, tratar, e tratar com seriedade, mas sem romantismo e sem escandalizar o processo. Nós não precisamos disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Quero registrar a presença do Deputado do Distrito Federal Ronaldo Fonseca.

Terminada a exposição, nós agora abriremos a palavra aos Deputados. A Deputada Erika Kokay já manifestou o seu desejo de se pronunciar. Eu a convido para a mesa, para que faça o seu pronunciamento.

Cada Deputado tem 3 minutos para que possa se pronunciar. A Deputada é requerente, tem 5 minutos para se pronunciar. Estamos dando um tempo mais flexível, Deputada Erika. Depois, voltaremos aos expositores para que façam a réplica. Asseguramos a tréplica, se houver necessidade. Por fim, voltaremos aos expositores para que façam suas considerações finais. Os Deputados têm preferência no uso da palavra.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, uma das requerentes desta audiência.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu queria desejar um bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Nós tivemos a iniciativa de solicitar esta audiência pública, porque fomos demandados por uma série de representantes dos profissionais de segurança pública, da polícia e dos bombeiros militares do Distrito Federal. De pronto, o Deputado Amauri Teixeira, com a sua sensibilidade e a sua história de luta no Estado da Bahia e em todo o País, assumiu a iniciativa do



requerimento, por fazer parte desta Comissão de Segurança, e também o fez o Deputado Delegado Protógenes, do PCdoB de São Paulo. Nós solicitamos esta audiência e buscamos construí-la, primeiro, porque nós temos uma portaria interministerial que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública.

Nós não estamos aqui tentando atribuir a violência da nossa cidade às forças de segurança. Acho que não é esta a discussão desta audiência. A discussão desta audiência é no sentido de assegurar os direitos humanos dos profissionais de segurança pública, o que passa, dentre outras coisas, pela valorização profissional, por um plano de carreira com um fluxo. O serviço do policial e dos bombeiros coloca em risco a sua própria vida. Policiais e bombeiros são policiais e bombeiros 24 horas por dia, 24 horas por dia! A profissão é entranhada e essa condição é exercida em todos os momentos da vida. Policiais e bombeiros utilizam como escudo a sua própria vida. Não tem sentido que policiais, depois de 30 anos de serviço, saiam e se aposentem como terceiro-sargento.

Ontem mesmo nós estivemos com a Ministra Ideli Salvatti para discutir a necessidade de um nível de promoção superior para os profissionais de segurança, para as Forças Armadas e também para os policiais militares. Não tem sentido que nós não tenhamos a construção coletiva de todas as políticas relativas a policiais e bombeiros militares. Se se está se discutindo o regime disciplinar do Exército, os policiais e bombeiros têm que participar dessa discussão, porque eles são penalizados por um processo e por um regime, ou regimento disciplinar, que estabelece condições para antes da própria República, antes da própria República!

Nós estamos aqui para discutir a necessidade, Secretário de Segurança Sandro Avelar, cujo trabalho parabenizamos, de termos um processo de escuta dos policiais dentro das próprias Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros. Que se escute quando o policial não tem o exercício, ou quando não está para ele oportunizada a possibilidade de fazer valer a sua força, a sua expressão e as suas ideias. São muito claros os direitos constitucionais e a participação cidadã da portaria interministerial de 2010, assinada pela Ministra da Secretaria de Direitos Humanos e pelo Ministro da Justiça, que diz *“adequar as leis e regulamentos*



*disciplinares que versam sobre direitos e deveres dos profissionais de segurança pública à Constituição Federal de 1988”.*

A Constituição fala em liberdade de expressão. A Constituição fala em dignidade humana. Em seguida: *“Valorizar a participação das instituições e dos profissionais de segurança pública nos processos democráticos de debate, divulgação, estudo, reflexão e formulação das políticas públicas relacionadas com as áreas”.* Ou seja, não se podem pensar políticas públicas de segurança sem que se assegure a participação dos policiais e dos bombeiros militares nessa construção. A portaria interministerial precisa ser implementada dentro das nossas estruturas.

Nós precisamos discutir que não há sentido policiais e bombeiros — que para ingressarem têm que ter o curso superior — terem tamanha diferenciação de outras carreiras da segurança pública do Distrito Federal que também exigem o curso superior.

Por isso, nós precisamos, nesta audiência — penso eu —, discutir e tirar um instrumento e um fórum, para que nós possamos pensar as adequações do plano de carreira. Penso eu que nós deveríamos ter uma carreira única, única. Penso eu que nós deveríamos ter o ingresso, mas aquele que ingressa na carreira, não necessariamente chega a coronel, porque tem que se submeter a outro processo seletivo. Nós podemos discutir a carreira única. Fazer essa discussão. Discutir o fluxo, que é absolutamente fundamental. Uma pessoa não pode ficar 10 anos na mesma patente, 15 anos na mesma patente, 8 anos na mesma patente, porque se desestimula essa pessoa ou esse profissional. *(Palmas.)*

Não tem sentido — como eu disse e vou repetir, porque ontem discutimos isso com a Ministra Ideli —, após 30 anos de carreira, sair como terceiro sargento e não existir a possibilidade de ascensão. Portanto, esse é um ponto que nós queremos discutir.

O segundo ponto que nós queremos discutir é como nós modificamos as estruturas que estão dadas e que são heranças — eu não diria o regime disciplinar do Exército — que precisam ser desconstruídas. Não faz sentido o Brasil estar construindo uma democracia e, dentro das instituições, nós termos um regime disciplinar que impede esse exercício.



Eu sei que, em grande medida, os regimes não são mais utilizados cotidianamente, mas ficam como um instrumento — e eu já vi isso — a ser utilizado no momento em que se quer punir comportamentos que são vistos, via de regra, como indesejados, porque reivindicam a democracia e reivindicam a liberdade para o conjunto, particularmente dos praças. Portanto, nós precisamos fazer essa modificação.

Eu sugiro, Deputado Amauri Teixeira, que nós possamos estabelecer aqui um grupo de trabalho para discutir a mudança do regime, para que nós possamos adequá-lo, conforme diz a portaria interministerial de 2010, aos ventos da Constituição, a chamada Constituição Cidadã, e para que os policiais e os bombeiros militares não fiquem sem os direitos humanos assegurados no exercício da sua própria profissão. Os direitos humanos assegurados nessas diretrizes que fazem parte da portaria interministerial falam da necessidade de termos equipamento, da necessidade de termos formação continuada, da necessidade de atenção à saúde que seja diferenciada, porque essa é uma profissão que está todo tempo sob uma tensão permanente.

Portanto, eu diria: vamos aplicar essa portaria e vamos construir um instrumento dentro das polícias, em que os policiais possam recorrer a ele, inclusive, muitas vezes, sem a necessidade de se identificarem, para que possam denunciar aquilo que possa ser visto como um abuso ou como a utilização anacrônica de um regime anacrônico que precisa ser modificado.

Penso que nós temos que tirar daqui uma estrutura e um fórum para discutirmos a reestruturação da carreira e para que nós possibitemos que haja a ascensão, para que nós possamos ter e continuar tendo essa Polícia que considero uma das melhores polícias de todo o Brasil — e nós estamos andando o Brasil inteiro, andando o Brasil inteiro. Nós temos profissionais altamente capacitados aqui no Distrito Federal, que têm inclusive, em grande medida, condições superiores objetivas de funcionamento do que a que nós vemos em outros lugares do Brasil. Sugiro que nós façamos uma Comissão Especial para discutir todas as propostas — todas as propostas — que versam sobre a desmilitarização ou unificação das polícias. Há vários projetos nesta Casa. Acho que nós deveríamos solicitar à Presidência da Casa que pudéssemos fazer uma Comissão Especial para discutir.



Comandante, eu tenho absoluta certeza de que aqui ninguém quer destruir a hierarquia. Hierarquia existe em qualquer lugar, existe aqui, existe em qualquer espaço. O que nós queremos é assegurar, primeiro, igualdades salariais com outros profissionais de segurança, porque ambos exigem o nível superior, exige-se para polícia e bombeiros militares; segundo, que nós possamos modificar esse regimento, para adequá-lo, conforme a portaria interministerial — estou repetindo pela segunda vez — às novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria dos Direitos Humanos. Eu não quero comparar o funcionamento de servidores públicos que são servidores públicos, estão a serviço do público e que estão, portanto, assegurando uma relação em que não sejamos tomados pelo medo, uma relação de serviço público. Eu quero compará-la com o serviço público; eu não quero compará-la com a iniciativa privada, porque são outras regras. Comparar com o serviço público. Não há sentido que nós tenhamos essa diferenciação salarial.

Se me permitem, quando eu digo que é preciso trabalhar com unificação das carreiras é porque a diferença entre piso e teto, eu acho que não tem em lugar nenhum, em nenhuma outra carreira de servidores públicos no Distrito Federal, como nós temos na Polícia Militar. A diferença entre piso e entre teto precisa ser modificada para que nós possamos ter fluxo e para que nós possamos ter um desnível que não seja tão acentuado e que não crie um sentimento que seja de subalternização.

Hierarquização não é subalternização, não é subalternizar, não é tirar dos policiais a capacidade de terem a sua fala, a capacidade de terem as suas ideias e a capacidade de construir conjuntamente as políticas de segurança, porque combater a violência — nós temos clareza — não diz respeito apenas à política de segurança, diz respeito à política de educação, diz respeito à política de cultura, diz respeito aos paradigmas da nossa sociedade, porque nós temos paradigmas de coisificação do ser humano. Todos os dias se derrama dentro das casas uma lógica de que as pessoas têm que consumir para serem respeitadas em uma sociedade que não lhes dá o direito de consumir, o que se cria muita cisão, muito rompimento de paradigmas de valorização do ser humano, de valorização da igualdade de direitos.



Por isso digo que nós, em nenhum momento — em nenhum momento! —, nem eu, nem o Deputado Amauri, nem o Deputado Protógenes, achamos que a violência vem da Polícia ou que só cabe à Polícia o combate à violência. Cabe o combate à violência a todas as políticas públicas. Se tivéssemos uma sociedade com mais creches, com mais educação integral, com mais cultura, com mais valorização da família, seguramente nós não teríamos esse número de 50 mil mortos que temos no Brasil todos os anos, sendo a grande maioria composta de jovens.

Por isso, eu encerro a minha fala fazendo estas sugestões: primeiro, que nós possamos unificar, transformar e criar uma Comissão para discutirmos todos os projetos relativos à desmilitarização ou unificação das polícias; segundo, que saíamos daqui com uma decisão dos Parlamentares de que nós precisamos ter condições mais igualitárias de salários entre os profissionais de segurança que têm nível superior, porque não podemos ter esse nível absolutamente discrepante de remunerações; terceiro, que tenhamos uma discussão — e será uma discussão de fôlego que vai envolver as representações dos policiais, dos bombeiros — acerca do fluxo para que se chegue mais rápido ao final da própria carreira; quarto, que nós possamos solicitar que seja de pronto criado um segmento dentro da própria Polícia e do Corpo de Bombeiros, na perspectiva de escutar as demandas e assegurar os direitos humanos dos policiais e bombeiros militares, porque, quando nós lidamos com direitos humanos, nós estamos lidando com a sua universalidade.

Direitos humanos pressupõem direito à dignidade, à liberdade, à expressão. São condições fundamentais para reafirmar a nossa condição humana. E esses direitos humanos têm que adentrar todos os polos sociais, todas as nossas instituições. E nós não podemos ter um regimento que crie um muro invisível para que eles sejam exercidos e implementados de forma absolutamente plena para o conjunto dos policiais e bombeiros militares.

Encerro, fazendo mais uma vez um agradecimento — e penso em nome da sociedade — pelo trabalho que vocês exercem todos os dias, e cabe a nós, através dos nossos mandatos, buscar estimulá-los, valorizá-los, para que nós possamos, enfim, ter uma sociedade onde a gente, a cada dia que passa, perca o medo das ruas e das próprias noites.



Obrigada pelo trabalho cotidiano de vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Passamos a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca, do PROS do Distrito Federal.

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo por estar presidindo esta audiência pública e também por ser um dos autores do requerimento. Quero cumprimentar também a Deputada Erika Kokay, nossa colega de Parlamento, Deputada atuante, combatente, muito séria no trato do serviço público e também uma das autoras do requerimento desta audiência.

Cumprimento também nosso Secretário de Segurança, Sandro Avelar, nosso amigo. Eu disse ao pé do ouvido dele — eu falei só ao pé do ouvido dele — que ele tem um jeito de Deputado Federal, tem o cacoete, tem tudo para ser um excelente Deputado Federal. Não sei se ele quer, mas eu estou vendo que ele tem um jeito muito bom, tem um jeito muito bom.

Também quero cumprimentar o Sargento Roner Gama, representante da Associação Rede Democrática da PM; o Comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Júlio César dos Santos, nosso amigo — parabéns, Comandante, pelo seu trabalho; o Coronel Jooziel de Melo Freire, nosso colega, nosso amigo — parabéns também pelo seu trabalho; e cumprimento também os demais policiais militares, senhores e senhoras que aqui estão.

Eu vou trazer uma palavra até rápida. Primeiro, justifico que eu não pude ouvir a fala inicial, porque nós temos uma agenda que nos escraviza aqui e, lamentavelmente, eu não consegui, embora eu tivesse colocado na agenda para ver se eu conseguiria chegar mais cedo, mas não foi possível. Por isso, quero pedir desculpas, especialmente àqueles que usaram a fala. Peço desculpas por não poder estar aqui ouvindo vocês.

Eu queria aproveitar este momento para parabenizar a Segurança Pública do Distrito Federal, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, pelo trabalho desenvolvido aqui no Distrito Federal e pela competência com que esse trabalho é desenvolvido.



Quero reconhecer de público e aproveitar este momento em que está toda a Força reunida aqui para agradecer a vocês, policiais militares, policiais bombeiros, inclusive a Polícia Civil aqui representada pelo Secretário de Segurança Sandro Avelar, porque nós acompanhamos a segurança pública do Brasil e sabemos a diferença que existe aqui no Distrito Federal, a competência com que é desenvolvida, a seriedade com que é desenvolvida.

E agora, recentemente, nessas manifestações que tivemos por todo o Brasil, lamentavelmente, baderneiros, bandidos usaram um movimento popular democrático, legítimo, para desmoralizar a Força Pública, desmoralizar a Polícia.

Eu quero parabenizar a Segurança Pública do Distrito Federal, comandada pelo Chefe maior, que é o nosso Governador Agnelo Queiroz, e representada pelos nossos Comandantes das Forças e também pela Polícia Civil e pelo Secretário de Segurança, porque nós vimos a forma exemplar como a segurança pública reagiu aos baderneiros que aqui tentaram humilhar a Polícia Militar, os bombeiros, a Polícia Civil e tentaram de todas as formas ridicularizar as Forças de Segurança do Distrito Federal.

Mas V.Exas. trabalharam e reagiram de forma correta, justa, justa! Nós estivemos observando em outros Estados e, inclusive, eu vi uma cena no Rio de Janeiro, uma cena horrível, uma cena no Rio de Janeiro naqueles momentos de baderna, de quebra-quebra, de uns policiais militares acuados, correndo, e aqueles arruaceiros correndo atrás dos policiais militares.

E eu fiquei feliz em saber que aqui em Brasília isso não aconteceu. A reação foi na medida correta, foi na medida correta, porque policial não tem que correr de bandido mesmo, não. Não tem que correr de bandido, não. *“Ah, mas eu tenho que correr, porque, se eu reagir de forma justa, no mesmo tamanho da agressão, aí vão cair de pau em cima de mim, aí vão dizer que a Polícia Militar é despreparada, que a Polícia Civil é despreparada, que os bombeiros são despreparados.”* Não, não, não. No Distrito Federal, isso não aconteceu. Graças a Deus, não aconteceu e isso reflete na segurança de todos os cidadãos aqui.

Então, parabéns a toda a Força de Segurança Pública aqui do Distrito Federal!





Quanto à pauta da audiência pública, eu não vou me delongar, mas ouvi a Deputada Erika Kokay que, com muita propriedade, obviamente ela traduz tudo aquilo que a gente pensa em relação à Polícia Militar, aos bombeiros militares, à Polícia Civil, toda a Força de Segurança Pública. E a audiência pública foi convocada para debater direitos humanos e a reestruturação da carreira dos policiais militares do Distrito Federal.

Falando em direitos humanos, é bom que a gente coloque aqui que muitas vezes, nesta Casa, a gente vive muito de discurso, do Parlamento, de parlamentar. E o que eu ouço aqui, por exemplo, da Comissão de Direitos Humanos, das Comissões, das falas em defesa de direitos humanos, é que direito humano, parece-me — pelo menos é a impressão que eu tenho — no Brasil é só para bandido, só para bandido.

Por isso, eu quero parabenizar os autores do requerimento que incluíram aqui direitos humanos. Quando eu li direitos humanos, pensei: mas vai reunir Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil para falar de direitos humanos? Eu achei até meio esquisito aos meus ouvidos.

Eu quero parabenizar V.Exas. por incluir aqui, porque a impressão que a gente tem no Brasil, pelo menos nós leigos aqui, é que direitos humanos é só para bandido, para a família do bandido. Os familiares dos policiais militares, bombeiros, policial civil muitas vezes não são lembrados, os próprios policiais muitas vezes não têm a condição para poder fazer a reação devida, não têm aparelhamento, não têm, muitas vezes, nem as armas para poder se equilibrar nessa guerra que existe aqui no Brasil. Mas direitos humanos não são só para bandido, não.

Parabéns por essa discussão. Vamos nos voltar também para os policiais militares, bombeiros, civis, por quê? Eles têm familiares, eles também estão correndo risco, eles também precisam ser vistos como cidadãos, como gente, como pessoa. Nós todos precisamos, aliás, a gente ouve a expressão, por exemplo, “policial militar” desde criancinha.

Eu me lembro de que qualquer coisinha que a gente ia fazer de errado, quando pequeno, o pai falava assim: “*Eu vou chamar a Polícia. Eu vou chamar a Polícia.*” Quer dizer, já, naquela correção, querendo dar a ideia de que realmente é a Polícia que corrige, é a Polícia que traz as coisas no seu devido lugar.



Portanto, parabéns, e nós vamos sair do discurso e vir mais para a prática.

Reestruturação da carreira dos policiais militares do Distrito Federal. Eu não sei se eu preciso dizer que eu sou a favor. Acho que vocês não vão encontrar um Deputado aqui contrário. Primeiro, não tem Deputado maluco. Aliás, nós já temos até Deputado presidiário, mas maluco eu não sei se tem. Mas presidiário já tem.

Mas não adianta eu chegar aqui e dizer para vocês que sou a favor. Claro que eu sou a favor. Eu sou a favor de ter um adicional por tempo de serviço. É claro que eu sou a favor da reestruturação da carreira. Sou a favor. Só que nós temos que sair do discurso. Nós temos que sair do discurso. Nós temos que ir para a prática. Nós temos que discutir o que nós temos que fazer para fazer acontecer. Não é simplesmente ficar discutindo. É fazer acontecer. O que precisa fazer para acontecer? E não ficar só no discurso.

Esta é uma Casa do debate. Parabéns por nós estarmos debatendo aqui. Agora, nós temos que lembrar que isso depende do Executivo nosso aqui, do Governo do Distrito Federal, e depende também do Governo Federal. Depende. Se o Governador não quiser, não tem jeito. Se o Secretário de Administração não quiser, não tem jeito, gente! E parece que nem quer dar aumento, pois está reclamando que já deu aumento demais, que o policial militar já ganhou demais e tem que parar de reclamar. Não tem que parar de reclamar, não! Nós precisamos descobrir o que fazer para trazer efetividade.

Eu não peguei as falas iniciais, mas me parece que já existe um plano de reestruturação definido e pronto. Ora, mas se já está pronto, o que temos que fazer para acontecer? Acho que o pulo do gato está aí, senão vamos ficar falando, vem outra audiência pública, vem não sei o quê, e vamos falando, falando, falando. E quando o policial reage e diz: *vamos fazer uma greve branca, uma greve light*, aí nós sabemos o prejuízo da população com os bandidos soltos, felizes. Então, nós precisamos saber o que fazer.

Os Parlamentares do Distrito Federal, nós somos um grupo de 8 Deputados Federais aqui, e eu gostaria de dizer que vocês podem contar com todos. Não é, Deputada Erika? Nós temos aqui este grupo de Deputadas e Deputados Federais e neste mandato não tem confusão, nem inveja, nem briguinha, nada. Estão todos coesos para apoiar vocês. Se precisarem, contem conosco para fazer pressão,



porque só vai sair essa reestruturação da carreira de policial militar no Distrito Federal, se houver pressão; se não houver pressão, não vai sair. Então, utilizem o nosso mandato para fazer pressão no Governo do Distrito Federal, no Governo Federal, da Presidenta Dilma. Não importa aonde quer que seja, contem conosco, estamos à inteira disposição de vocês. Usem o nosso mandato para isso, porque se não tiver pressão, não vai sair.

Muito obrigado, senhores e senhoras. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Agradeço ao Deputado Ronaldo Fonseca. E toda vez em que eu participo de audiência pública, faço questão de dizer que as audiências públicas têm um caráter didático, mais para nós Parlamentares do que para vocês, e também é didático para a sociedade, pois a sociedade vai acompanhar esta discussão que estamos travando, vai tomar conhecimento das diversas versões que estamos estabelecendo aqui. Tudo está sendo filmado e vai ser transmitido, em determinado momento, pela *TV Câmara*, portanto, vai ser divulgado.

Ora, mas por que é mais didático para nós? Assim como vocês, eu sou servidor público. E vou recuperar um pouco do que o Sargento Roner falou. Eu sou auditor fiscal da Receita Federal, fui analista da Receita Federal, e minha trajetória profissional é quase toda dentro do serviço público, tenho quase 30 anos de serviço público. Este é o meu primeiro mandato, minha primeira candidatura, e vou voltar a trabalhar, pois não tenho muito saco para isso aqui. Meu temperamento me leva, no máximo, a dois mandatos, porque esta é uma Casa de difícil composição. O Parlamento tem um ritmo e cada vez eu mais penso que para ficar muito tempo aqui tem que ser cínico ou ter sangue muito frio, como eu não sou cínico nem tenho sangue frio, meu sangue é na goela, eu não vou aguentar muito tempo.

Mas as instituições burocráticas nos embrutecem, eu sempre disse isso dentro da Receita Federal. E não é só a Polícia, também a Receita Federal é embrutecedora no sentido de tirar um pouco da nossa inteligência, da nossa liberdade, principalmente da nossa humanidade. Às vezes, em 30, 40 anos de serviço público você vê o contribuinte, o usuário do serviço público, como se não fosse um ser humano, daí o nosso desgaste. O desgaste não é só da Polícia Federal, mas do serviço público como um todo, por estarmos todos embrutecidos.



E, claro, as condições de trabalho na Receita Federal são muito distintas das de vocês. Nós trabalhamos com ar-condicionado, sentados, recebemos o contribuinte em outra condição, posso dar a ele água e café, como já fiz. Nunca tive problema com o contribuinte, ao contrário, a maioria daqueles que eu atendi votou em mim, pelo respeito com que sempre os tratei. Mas eu sei que há um desgaste nosso. E vocês são da Polícia, que não é uma atividade qualquer, a atuação policial tem muito mais especificidade e gera muito mais desgaste, embrutece muito mais.

Daí, todos nós que estamos envolvidos temos que fazer uma reflexão. Dentro da Receita, não me conformei. Fui também sindicalista, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Bahia, Presidente da Associação de Técnicos do Tesouro Nacional. Nunca me conformei com a estrutura da Receita. Não é só a Polícia Militar no Brasil que coloca o regimento acima da lei, a Receita Federal faz isso constantemente. Nós violamos constantemente a lei na Receita Federal, muitas vezes, a lei diz uma coisa e o regimento diz outra.

Nós não podemos atribuir essa herança ao Estado, não podemos personalizar essa crítica, não podemos absorver e assumir, como dirigentes momentâneos de uma instituição, essa crítica, nem pura e simplesmente reagir. Temos que ver o contexto histórico. O Estado brasileiro está vivendo o seu momento de mais longa convivência democrática, 25 anos. Era um Estado colonial, autoritário, excludente, que sempre viu o cidadão como pária, preparado, como eu sempre digo, para negar direitos. E nega direitos não só à Polícia Militar, mas a qualquer órgão de Estado em que se pleiteia um direito, inclusive para nós que somos servidores.

Você conhece departamento pior do que o Departamento de Direitos Humanos em qualquer instituição? Na Receita Federal, pleiteia-se e o cara diz: *Não, você não tem direito*. Aí você vai discutir, às vezes, recorre à Justiça. Quantas ações nós temos na Justiça, todos nós que somos servidores, para pleitear algum direito? Eu tenho não sei quantas, ganhei algumas, mas nunca recebi nada. Os recursos humanos sempre dizem “não”, não é comum isso? Se esse Estado diz “não” a nós que somos servidores, é claro que vai dizer um “não” ainda maior ao cidadão. Então, esse é um Estado que foi montado e preparado para dizer “não”.

E nós vivemos, recentemente, até 25 anos atrás, uma ditadura. Essa ditadura foi uma das mais ferrenhas e, por outro lado, uma das mais inteligentes no sentido



de estar preparada para montar um aparato de Estado repressor. Inclusive foi modelo para as outras ditaduras latino-americanas. E é claro que as Polícias Militares têm herança dessa ditadura, da qual nós precisamos nos desvencilhar. É um compromisso de todos nós, não é um discurso, e tem que ser um compromisso de vocês inclusive. É preciso se desvencilhar dessa herança para definitivamente se conciliar novamente com a sociedade.

Não podemos achar que o nosso modelo está perfeito e acabado, assim como nenhum modelo está perfeito e acabado. Os modelos estão em constante mutação. Este Parlamento precisa mudar. Ontem, eu estava dizendo que é uma brincadeira o que a gente vive aqui. A Lei de Diretrizes Orçamentárias nós acabamos de votar ontem, às 4 horas da manhã, e é a lei que baliza a Lei Orçamentária. A Lei de Diretrizes Orçamentárias está tramitando nesta Casa paralelamente à que serve de baliza para o Orçamento. É uma brincadeira! Eu estava dizendo, ontem, ao Líder do Governo no Senado que a sociedade não pode nos respeitar diante de alguns acontecimentos que esta Casa vive. Ora, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tinha de ser votada até julho, até o final do primeiro semestre, para que nós, no segundo semestre, chegássemos com baliza consistente para fazer o Orçamento.

Então, nossas instituições precisam entender que vivemos um momento histórico distinto, em que o povo brasileiro como um todo é muito mais exigente, e isso é bom. Isso é bom para todos nós!

Nós não podemos achar que é possível praticar determinadas condutas em qualquer instituição, inclusive, nesta. Temos nossos pecados, que têm de ser também resolvidos. Nós não podemos achar que devemos adotar a mesma prática de antes, porque assim expomos as instituições. Nós precisamos mudar!

A Polícia Militar, como o Coronel colocou, é a que fica mais evidente, fica mais exposta, é a que tem maior desgaste. Quando falamos em desmilitarização da Polícia, quando falamos em humanização da Polícia, Ronaldo, esta audiência é boa, é mais didática para nós, porque o relato de Roner nos convenceu de que o tratamento aos policiais precisa ser alterado. Primeiro, as relações têm de ser humanizadas. É aquela coisa: não se consegue trazer às ruas um tratamento cordial se não se é cordialmente tratado; não se consegue levar um tratamento humano ao



cidadão se não se é, internamente, tratado de forma humana, generosa, respeitosa, hierarquizada, como Érika diz, mas não “subalternizada”, não humilhada, porque aquele que é humilhado está revoltado. Ele vai à rua revoltado e vai ter uma relação necessariamente difícil com a sociedade.

Não estou falando da Polícia Militar do Distrito Federal, que não conheço. Não vou dizer aqui que conheço, porque não faço isso, mas também não vou falar para você, só porque estou diante de você, algo diferente daquilo que compreendo. Essas regras têm de ser para as instituições como um todo e para a Polícia como um todo. Estou convencido de que nós erramos. A Constituição brasileira errou. Ela tem algumas heranças da ditadura militar. Essa Constituição rompeu com a ditadura? Rompeu. Avançou? Avançou, mas teve medo de romper com muitas coisas, é evidente. Quem fez essa Constituição ainda vivia no chamado entulho autoritário. Então, tinha medo. Os militares estavam fungando. Os militares — os militares das Forças Armadas, não estou falando dos policiais — queimaram documentos na Aeronáutica, em plena vigência do Estado Democrático. Queimaram a nossa história lá na Bahia. Não foi na ditadura. Eles queimaram arquivos, contrariando tudo.

Então, quando se insere na Constituição de 1988, na chamada Constituição Cidadã, alguns institutos, isso não pode mais ser aceito. Dizer que as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiro Militar são Forças Auxiliares do Exército não cabe mais. Por que Força Auxiliar? Quem é que comandava vocês durante a ditadura? Vocês não têm que ter Força Auxiliar coisa nenhuma. Vocês são Força de Segurança interna, subordinada exclusivamente ao seu Comandante e ao Governador, para que se dê, primeiro, caráter civil nesse sentido.

Vocês disseram que não têm característica de Exército, que está treinado para fazer guerra. É verdade, assim como o Exército não tem condição de fazer segurança interna. Lembro-me de que, na Bahia, quando a Polícia Militar fez greve, na rua tinha um tanque. O cara com um tanque em pleno Campo Grande. Pensei: o maluco não é o que está dentro do tanque, mas quem mandou botar o tanque. Será que se correr um ladrão aqui, o cara iria disparar aquela porcaria? Como vai funcionar um tanque em um combate, em um conflito?



Um dia, fui ao Barradão, quando vi a Polícia Militar da Bahia portando metralhadora. Fiquei indignado. Já era Deputado. Freqüento o Barradão. Vou sozinho para o Barradão. Vou com meu filho. Eu mesmo dirijo meu carro. Se houvesse uma confusão, ele iria atirar com aquele negócio de não sei quantas balas?

Então, são inadequadas determinadas posturas. Não cabem mais determinadas circunstâncias, e temos de revê-las. Nós temos de rever as estruturas, nós temos de rever nosso tratamento institucional com os membros das Polícias e temos de rever o tratamento da Polícia com o cidadão. Nós vivemos em outro momento civilizatório.

Os direitos humanos, Deputado Ronaldo Fonseca, são para todos. V.Exa. disse que tem políticos presos. Têm poucos. Têm alguns. Podia ter mais. No Brasil, desculpem-me a expressão inadequada, tem um ditado que diz que só quem vai preso — e aí não é a Polícia, porque ela, muitas vezes, prende pessoas com outro *status* e a Justiça solta, não é isso — são os três Ps. Acrescentaram mais um P nisso, petista. Não é isso? Acrescentaram mais um P. Poderia ser muito mais. Maluf está solto, minha gente. Maluf e vários outros estão soltos, vários outros que estão ricos, que viveram a vida toda do Erário público. Agora, não estão presos alguns políticos. Qualquer um de nós poderia ser preso. Quantas vezes, no trânsito, você perde a paciência? Teve uma médica na Bahia que, com seu carro, assassinou duas pessoas. Ela está presa. Quer dizer, uma médica assassinou duas pessoas. Eu posso assassinar uma pessoa. Eu não estou livre de um desarranjo mental, de um momento de loucura, de cometer... Qualquer um de nós. Será que nós estamos livres de estar envolvido em uma circunstância sem controle. E se você for preso, você quer ser tratado desumanamente? E se você estiver doente, você vai ficar preso sem atendimento? Então, temos de nos colocar no lugar do outro. Direitos humanos são para todo mundo, inclusive, para os marginais e para família dos marginais.

Algumas pessoas contestam — eu sou auditor da Previdência ordinariamente —: “Ah, a família de preso tem direito a benefício”. O direito previdenciário protege a família, mesmo a família de quem está preso. O benefício não é do preso. O benefício é da família dele. E você não há de punir a família porque o preso cometeu



um delito. Isso é retroceder historicamente. A pena antigamente não era personalizada. No Estado moderno, a pena é personalizada.

Então, a nossa atuação de Polícia, de instituição pública ou de Justiça tem de ter na mira que a pena é de quem cometeu o delito. Muitas vezes, nós, a Polícia e outras instituições apenamos — a Polícia não apena, mas reprime — quem cometeu e quem não cometeu o delito.

Então, eu quero fazer esse balizamento, e esta audiência não tem apenas o intuito, o condão, de fazer discurso, não. A Deputada Erika fez um conjunto de propostas. Nós discutimos. A Deputada Erika relatou aqui que está discutindo com Ideli, com outros Ministros, conosco e com outros Parlamentares, buscando uma solução.

Quero agradecer a todos nesta audiência. Está será a minha última fala. Só vou finalizar, mas eu digo a vocês, sinceramente, que este momento que nós vivemos é um momento extraordinário da sociedade brasileira, e todos nós temos de fazer um esforço para mudar condutas no sentido de afirmar o Estado Democrático de Direito, no sentido de afirmar a cidadania dos brasileiros. A Polícia Militar, sem dúvida nenhuma, faz esse esforço. Eu tenho certeza de que vocês fazem esse esforço. Tem dificuldade? Tem. Eu estou dizendo isso porque sou da Receita Federal, e a Receita Federal, como eu disse, às vezes coloca a instrução normativa acima da lei. Se nós temos dificuldade ainda — estou citando um caso concreto, Receita Federal — de cumprir a lei e de botar a lei como a norma superior a todas as outras a que nós todos estamos submetidos, e a lei maior ainda se chama Constituição, o que muita gente se esquece, imagine vocês que têm uma atividade muito mais sensível, muito mais complicada.

Deixo essa reflexão, e vamos passar a palavra a todos os senhores para as considerações finais.

É claro que, apesar de minha angústia, que já está resolvida, porque acho que não vou participar mais do plenário, se algum dos senhores quiser fazer uso da palavra antes das considerações finais para alguma réplica ou tréplica, nós abriremos os microfones, e depois passaremos às considerações finais. Se os senhores quiserem passar imediatamente para as considerações finais, nós o faremos.





**O SR. RONER GAMA** - Bom, quero fazer três observações.

Primeiro, gostaria de ter da bancada de Deputados Federais do DF, representada aqui pelo Deputado Ronaldo Fonseca, pela Deputada Erika Kokay, pelo nosso Secretário de Segurança Pública e, principalmente, pelo Governador do Distrito Federal, o compromisso de levar adiante as nossas demandas.

No último dia 13 de novembro, reunimos 10 mil policiais e bombeiros na praça. Dez mil policiais estiveram lá por causa da insatisfação com o que foi prometido e não foi cumprido nesses últimos 3 anos. Os policiais estão indignados. Eles querem que o Governo avance nas propostas. Quais são elas? A principal é reestruturação da carreira.

O meu Comandante-Geral — para mim uma pessoa iluminada pela sabedoria de suas palavras — falou sobre a questão da unidade dentro da corporação. Mas se hoje existe a PEC 51, se hoje existe a PEC 102, se hoje existe uma discussão nacional sobre o fim da PM, é porque não há unidade interna. O Comandante-Geral dos Bombeiros deixou isso bem claro. Nós temos oficiais e praças. Não há unidade, mas uma carreira aqui e outra carreira aqui. O que os policiais querem hoje? Uma carreira unificada, como foi bem colocado aqui pelo Comandante-Geral. E é uma proposta, inclusive, do Deputado Patrício, representado aqui por seus assessores.

Só que a categoria quer que a proposta avance. Ela quer que esses projetos avancem. Como o Deputado Ronaldo Fonseca falou, é hora de colocar em prática. Chega de conversa. É hora de fazer a coisa fluir. Já estamos indo para os últimos meses do atual Governo, meses não é nem ano, porque, a partir de maio, já não se faz mais nada. Não é assim, Deputado? A partir de maio, já não se faz mais nada. A categoria quer uma urgência na tramitação das nossas demandas. Nós nem queremos mais as 13 promessas, Deputado Sandro Avelar, porque nós sabemos que elas não serão cumpridas. Queremos aquilo que é urgente, aquilo que é necessário hoje: a reestruturação da carreira e outras coisas a mais que o senhor já sabe.

A segunda observação que quero fazer é em relação ao fim da PM, que está sendo discutido pela PEC 51 e outras. Quando se coloca o fim da PM, isso não quer dizer que vai acabar o policiamento ostensivo e fardado. Disso aí, temos ciência. Não quer dizer que o corpo operacional, Batalhão de Operações Policiais Especiais



— BOPE, o Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas — ROTAM vão acabar. Temos ciência de que esses grupos táticos vão continuar.

O que se pede, pessoal? O fim da Polícia Militar. Por qual circunstância? Pelo princípio da eficiência, pelas questões internas que levaram à PEC 51, à PEC 52. A polícia está nessa situação mais por questões internas do que externas. O que acontece na rua é a repercussão do que acontece internamente. Isso é fato.

Então, o fim da polícia nós temos certeza de que não é o fim do corpo operacional, não é o fim dos grupos táticos. Isso aí sempre vai existir. O que nós queremos, sim, é uma polícia eficiente, legitimada pelo cidadão.

Quero finalizar a minha fala agradecendo a nobre Deputada Erika Kokay pela iniciativa louvável de trazer esta discussão para a Câmara dos Deputados. Essa discussão não é feita na Câmara Legislativa, não é feita em cima de carros de som, essa discussão é feita aqui, na Câmara dos Deputados. As mudanças na Polícia Militar do Distrito Federal e nas demais corporações são feitas nesta Casa, e é daqui que eu acredito sim que as mudanças irão ocorrer.

Então, agradeço a presença dos colegas praças oficiais, os novinhos da PM, tem até um capitão que está com a camisa do NCP, e a presença do nosso Secretário de Segurança, Sandro Avelar.

Um bom dia a todos e até a próxima. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Não sei se tem algum agente penitenciário aqui. Tem algum atente penitenciário? Nós estamos numa discussão sobre os agentes penitenciários. É uma agonia, uma angústia. E nós pedimos ontem, na Comissão de Segurança, a retirada do projeto, porque o Relator acrescentou outras categorias com autorização para portar arma. E nós vamos fazer um voto em separado, assegurando o porte de armas apenas para os agentes penitenciários.

Então, quero anunciar publicamente, mais uma vez, aos agentes penitenciários, que o nosso voto vai ser apresentado ainda hoje à Comissão. Estou disposto a antecipar para terça-feira a reunião, e nós vamos apresentar um voto em separado recuperando o texto original da Presidência da República para facilitar o trâmite.



O projeto que eu relatei e que tramitou mais celeremente foi o projeto da Presidência da República que criava cargos para a Defensoria Pública da União — DPU. O meu relatório era o projeto. Passou na Câmara, no Senado e foi promulgado. Às vezes a gente fica acrescentando alguns pontos, o que, em vez de facilitar, dificulta o trâmite. Por isso, vamos recuperar o texto original e dar o voto favorável ao porte de arma aos agentes penitenciários. Está mostrado pelas circunstâncias que isso é necessário para que eles possam exercer bem a sua missão.

Agradeço a sua participação, Sargento Roner, a sua presença, o atendimento ao convite, e passo a palavra ao Secretário de Segurança do Distrito Federal Sandro Avelar — você o chamou de Deputado, inconscientemente —, a quem também agradeço por ter atendido ao convite mais uma vez.

**O SR. SANDRO AVELAR** - Obrigado, Presidente. Realmente não sou Deputado, sou Secretário. Estou enfrentando as dificuldades do cargo, que são muitas. Tenho procurado dignificar isso aí. Realmente não é fácil. Ser Secretário de Segurança Pública não é fácil.

Lá no gabinete, tem uma série de fotografias dos Secretários anteriores. A Deputada Erika Kokay vai muito lá, sabe disso. Houve uns 30 Secretários antes de mim, e eu já sou o terceiro em longevidade, perdendo para o General Athos e para o Coronel Brochado. Então, isso dá a noção do quanto aquela cadeira pega fogo. Aquilo lá é realmente um caldeirão.

Mas as dificuldades do cargo também nos fazem enxergar muita coisa boa. Acho que é uma experiência de vida que a gente ganha, uma experiência que nos transforma. E eu tenho sido transformado por isso aí também, acompanhando as lutas das categorias, respeitando essas lutas.

Então, uma audiência pública como esta é fundamental. Estão todos de parabéns, aqueles que participaram, aqueles que fizeram o requerimento e V.Exa., Sr. Presidente, que tão bem a conduziu.

E aqui nós vemos que não há um antagonismo no que sejam as ideias de mudança nas corporações. A exposição do Coronel Júlio César deixa isso muito claro. O Coronel Júlio César era Coronel PM, Comandante-Geral do Corpo de



Bombeiros, e está apresentando uma proposta que me parece ser uma proposta que unifica, que atende a todos.

E, nas minhas agruras de ex-representante classista, eu via muito isso. Quando as categorias estão unidas, é muito mais fácil conduzir um processo, muito mais fácil! Na Polícia Federal a gente passava muito por isso. Delegados e agentes juntos é uma coisa, tudo flui bem. Quando não estão do mesmo lado, um empata a briga do outro e acaba que as coisas não evoluem. Então, isso é um sinal muito bom de que existe realmente uma tendência de consenso ou, pelo menos, uma possibilidade de consenso ou uma busca por esse consenso. E isso é fundamental.

Não há meios de se crescer, de se alcançar aquilo que é almejado, um brigando com o outro. Aquele ditado “a união faz a força” é certíssimo. Então, se os oficiais e praças estão juntos nos seus pleitos já é um grande indicativo de que temos realmente que brigar por essas mudanças.

A Deputada Erika Kokay falou aqui vários pontos que são cruciais, importantíssimos, e realmente um desses pontos é a questão da promoção. É uma insanidade o cidadão entrar para uma carreira e passar 30 anos nela, sem promoções. O Sargento Roner estava me contando que tem casos em que o cara começou soldado e terminou soldado. É inadmissível!

Em outras carreiras semelhantes, também de componentes da segurança pública, a gente percebe a diferença. Na Polícia Civil, por exemplo, você entra agente de terceira classe e sabe que, 3 anos depois, você sai agente de segunda classe e, 5 anos depois, você vai sair agente de primeira classe. Em mais 5 anos, você termina a carreira como agente especial. Isso se aplica em todas as corporações: Polícia Civil, Polícia Federal. Em todos os Estados é assim.

Então, esse negócio de você ter que respeitar a criação de vagas e, numa determinada altura, aquela decisão de mérito, que a gente sabe muito bem que não é mérito, infelizmente, não é nada, enfim, são coisas que realmente têm que ser equalizadas. A gente tem que tratar isso com racionalidade porque do jeito que está não tem condição de ficar. Está injusto. Essa mudança é mais do que necessária.

Os modelos já estão aí, Deputada Erika Kokay. Já existem bons modelos a serem seguidos. Essa é uma questão que tem que ser tratada no plano legal,



institucional, plano de organização de cada corporação. Mas a gente percebe essa vontade de se fazer e tem realmente que ser feito.

No que diz respeito à legislação — e aqui estamos na Casa própria para tratar desse assunto —, a segurança pública paga um preço altíssimo. Todos nós, qualquer um que esteja aqui presente e inclusive eu, todos nós pagamos esse preço de ficarmos expostos muitas vezes à sanha de uma imprensa que às vezes é desmedida nos seus comentários e é injusta.

Sobra para a segurança pública ter que responder por uma série de falhas, muitas delas do Estado, outras da sociedade, e estouram na segurança pública. Eu costumo usar uma metáfora que o Jooziel já escutou 300 vezes, e o Júlio César também e alguns dos que estão aqui com certeza, que nós fazemos o papel de dique. A segurança pública é um dique. É como se fosse uma represa: o menino nasceu lá, mamou, cresceu. Se ele deu sorte, nasceu com pai e mãe dentro de casa. Se ele deu sorte também, estão o pai e a mãe trabalhando. O menino muitas vezes quando começa a andar já sente a carência de pai e mãe, aí vai para as ruas. Aí eu pergunto, onde é que está a falha da segurança até então? O menino é adotado, muitas vezes, pelo traficante ou por outro tipo de criminoso. O menino vai se formando criminoso, e a segurança pública está lá, a represa esperando. Aí vem aquela água caudalosa daquele rio de problemas. Está vindo! Depois que aquele menino cresceu e virou problema, enveredou para o crime, aí ele se tornou um problema de segurança pública.

Então, tudo que é mal formado lá atrás a gente tem que segurar aqui sozinhos! Sozinhos! A segurança pública segura aqui! Se não houver todo um amparo da sociedade e do Estado para que aquele menino não se torne um criminoso, ele vai ser um problema a ser gerenciado, sozinho, pela segurança pública.

Se está o menino fumando crack lá no setor comercial, vêm os representantes de entidades de classe, os representantes de associação e a imprensa e falam: *“Ah, está fumando crack; não tem uma viatura da PM”*. E você explica 1 milhão de vezes que a PM já passou, já levou, e, antes de o PM sair da delegacia da Polícia Civil, o fumador de crack já está na rua de novo, porque a lei assim prevê. O traficante fica preso, e o consumidor não fica preso.



Eu não estou questionando o método da lei aqui não, não estou falando se está certo ou se está errado; estou falando do problema que enfrentamos no dia a dia.

Noutro dia, uma dessas pessoas que representam entidade de classe relacionada aos comerciantes falou para mim: *“Olha, vocês colocaram a Polícia Militar em determinado lugar e resolveram o meu problema”*. Eu falei: *“Resolveu o seu. O meu não foi resolvido, porque o cara que estava fumando crack lá na frente do seu estabelecimento comercial está fumando crack em outro lugar”*. Então, o problema persiste; para a segurança pública, persiste.

Nós pagamos esse preço. Eu não sei se é por má-fé ou por ignorância, mas todos nós respondemos por isso. Talvez essa seja uma das explicações para o fato de que ninguém aguenta ficar numa cadeira efervescente por muito tempo. Mas estamos brigando juntos para tentar colocar um pouco de luz nessa discussão. Por quê?

Hoje nós estamos ocupando algumas posições. Daqui a pouco, todo mundo que está aqui estará na reserva, já terá saído, já terá cumprido a sua missão árdua. Se Deus quiser, todos que estão aqui irão para a reserva, se não houver nenhum percalço que é inerente à profissão. Daí demonstrarmos que inclusive a nossa expectativa de vida, dos policiais, é menor.

Mas vamos imaginar que todos nós, se Deus quiser, seremos contemplados com a reserva. O problema vai continuar lá. O problema social permanecerá, e, se não conseguirmos colocar holofote em cima disso, vamos continuar respondendo por isso. E qual é o problema? Deixaremos de ser policial, voltaremos a ser pai, mãe, cidadão, vendo os nossos filhos, os nossos netos, os nossos amigos e os nossos familiares passando por aqueles problemas que estamos tentando resolver, mas que, sozinhos, não damos conta.

Então, a legislação é importantíssima. Presidente, a legislação do menor, hoje, faz com que um menino de 17 anos e 11 meses, que tem 3 metros de altura e pesa 150 quilos, com um rosário de crimes que já cometeu — estupro, roubo, homicídio — eleja o Presidente da República — porque com 16 anos ele está elegendo o Presidente da República — e seja tratado pelas benesses de uma legislação de 1940, uma legislação mais do que ultrapassada.



Naquela época, podia ser que um menino de 15, 16, 17 anos fosse inocente. Hoje ele não é mais, mas respondemos por isso. Quando estouram os índices da violência, quem é cobrado? *“Ah, não tem segurança pública”*. Segurança pública tem. Nós estamos segurando.

É como o Jooziel falou aqui. Nós não produzimos insumos da violência. Muito pelo contrário: nós os combatemos todos os dias. Se não estivéssemos combatendo, teríamos perdido o controle há muito tempo. E vejo isso não com satisfação, mas com senso de realidade.

Estava vendo no jornal noutro dia que o número de homicídios no Ceará, neste período de janeiro a outubro, aumentou 40%. Em Goiânia, a 200 km daqui, na semana passada — pode procurar na Internet e olhar —, deu na capa do jornal *O Popular* que houve recorde histórico do número de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia. E aqui, no Distrito Federal, contra todas essas dificuldades, conseguimos reduzir os homicídios em 16%. Tem que se respeitar isso. Está bom? Está maravilhoso? Está perfeito? Está todo mundo tranquilo? Não, não é isso. Mas o caminho está certo, e isso se faz com trabalho; isso é trabalho.

Quero encerrar dizendo que percebemos que os pleitos aqui são comuns. O que foi colocado aqui pelo Roner não foi contrariado pelo Jooziel, nem pelo Júlio César, e muito menos vai ser contrariado por mim. Temos que realmente fazer isto, Deputado Amauri: instituir um meio de tocar as coisas daqui para frente e, conforme muito bem falou o Deputado Ronaldo Fonseca, sair do discurso e passar para a prática.

Mas isso demanda organização, demanda um trabalho que seja unificado e que possa ser defendido como um trabalho que interessa às corporações. Se vierem 10, 15, 30 projetos diferentes, ficarão teratológicos. Será aquele monstro com um bocado de cabeças, e você não saberá qual seguir.

Aí volta aquele problema de que eu falei aqui, na abertura desta minha segunda e última fala: se não houver uma união, se não houver uma coesão, não saberemos nem o que atender. Se houver, nós saberemos o que atender e vamos atender, vamos trabalhar muito para isso.

Então, termino citando um artigo cujo nome é *“O que não nos escandaliza nos define”*. Eu vou repetir: *“O que não nos escandaliza nos define”*. Esse artigo é do



Luiz Fernando Guimarães. Na verdade, essa frase não é dele, é de um poeta inglês ou francês, não sei. Mas, com base nesse poema, “*O que não nos escandaliza nos define*”, ele fez um artigo.

Ele fala basicamente o seguinte: que o brasileiro se acostumou a ver menino pedindo dinheiro no sinaleiro, a ver, às vezes, famílias dormindo debaixo do viaduto, a ver, com naturalidade, crianças fumando crack, e deixou de se escandalizar, o que é péssimo. Temos que nos escandalizar. Temos que nos indignar.

O que estou vendo que está acontecendo é, dentro das corporações, uma dose de indignação que tem sido demonstrada, acima de tudo, com respeito, e isso é visível. Isso tem que ser levado em consideração. A indignação tem que existir, e a busca de soluções passa por isso, passa pela construção, e é isso o que estamos fazendo aqui.

Então, agradeço esta oportunidade e cumprimento, mais uma vez, aqueles que fizeram o requerimento para esta audiência pública muito importante, V.Exa., Presidente, que a conduziu, e todos aqueles que participaram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu é que agradeço também o atendimento ao nosso convite pelo Secretário de Segurança Sandro Avelar e a forma como tanto você quanto o Roner se portaram aqui nesta audiência.

Coronel Júlio César dos Santos, eu também quero agradecer ao senhor, já antecipadamente, pelo atendimento ao convite e também pela forma como o senhor está conduzindo este debate.

**O SR. JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que as questões que envolvem os nossos recursos humanos são prioritárias nas nossas reuniões de alto comando.

Nós temos conversado muito sobre as questões que tratam da saúde, as questões que tratam da carreira, as questões que tratam dos processos de inativação, porque nós temos como destino imediato a Diretoria de Inativos. Então, são questões que nos afligem, assim como as questões que tratam também da rotina operacional da nossa instituição, que é a missão fim da nossa corporação.





Essas são questões que têm sido objeto de discussões, de reflexões e de estudos inclusive. É uma preocupação nossa, para que possamos dar as respostas de que a instituição necessita, de que os nossos militares necessitam. Falo das respostas que sejam exequíveis, das respostas que sejam maduras, que tragam em si a verdade dos fatos, para que não fiquemos à mercê dos casuísmos.

Nós fomos muito focados na proposição que trouxemos, até em função dessas conversas e desses trabalhos que temos levado a termo já há algum tempo. Gostaríamos de deixar registrada essa preocupação, que não é de agora; é uma preocupação já madura na nossa corporação. Ela ficou muito marcada na época em que se consolidou a Lei 12.086, quando nós já tínhamos um estudo de carreira que fazia uma projeção de 100 anos da carreira do nosso militar.

Acredito que alguns aqui devam ter conhecimento disso. À época, nós já tínhamos um trabalho realizado durante 2 anos e meio que fazia uma projeção da carreira do bombeiro militar durante 100 anos, como seria essa carreira. Isso é resultado já de um certo amadurecimento, eu diria até de um razoável amadurecimento institucional, e nós temos, ao longo de alguns anos, colhido o resultado disso.

Gostaria de me colocar à disposição para eventuais dúvidas e questionamentos, agradecer ao Presidente da Mesa, Deputado Amauri Teixeira, e à Deputada Erika Kokay. Ambos foram os requerentes que permitiram a nossa participação. Agradeço ao Deputado Ronaldo Fonseca, aqui presente, assim como às senhoras e aos senhores militares e civis pela oportunidade, desejando a todos um bom-dia. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Obrigado, Coronel Júlio César.

Antes de passar a palavra ao Coronel Jooziel de Melo Freire, enviaram-nos aqui duas perguntas. Eu vou fazê-las, e, se o Coronel Jooziel se sentir à vontade para responder, responderá. Quem se sentir à vontade para responder que faça uso da palavra.

A primeira pergunta é: *“Quando será apresentada a proposta de reestruturação da carreira sem dependência de vagas e com equiparação a outros órgãos de segurança pública?”*. Para o Sandro Avelar. Essa é passado.



A segunda pergunta: *“Nós, como guardiões da democracia, gostaríamos de saber quando teremos um código de conduta alinhado à Constituição Federal de 1988. Somos voluntários para colaborar na elaboração”*. Essa pergunta é para o Comandante-Geral da Polícia Militar.

Coronel Jooziel de Melo Freire, o senhor tem a palavra. Quero mais uma vez agradecê-lo pela presença, por ter aceito o nosso convite e também pela forma como o senhor tem se portado nesta audiência, muito tranquilo, buscando responder aos nossos questionamentos.

**O SR. JOOZIEL DE MELO FREIRE** - Quero, nestas últimas palavras, aqui, agradecer ao senhor, Presidente desta Mesa, Deputado Amauri Teixeira, e à Deputada Erika Kokay por esta possibilidade, devido à autoria do requerimento, de estarmos aqui discutindo esse assunto de extrema relevância na história da nossa instituição.

Quero também agradecer as palavras elogiosas do nosso Deputado Ronaldo Fonseca, que retrata — e quero aqui aproveitar esta oportunidade —, com certeza, o sentimento da população do Distrito Federal sobre quem as polícias militares são no País e o que a Polícia Militar do Distrito Federal é aqui no Distrito Federal. Tenho certeza de que o senhor, com as suas palavras elogiosas, está representando toda a sociedade brasileira e a sociedade do Distrito Federal quando ressalta o brilhantismo da nossa corporação. Isso nós queremos agradecer, aproveitando a oportunidade.

É interessantíssima esta questão da igualdade, citada pela senhora, Deputada Erika Kokay. Acho que é um dos pontos fundamentais a igualdade salarial dos segmentos de segurança pública. É importantíssimo frisar essa questão dos direitos humanos, levados a efeito também dentro da nossa instituição. E por que nós falamos isso? Ao longo dos anos, é insano o que foi feito com a Polícia Militar do Distrito Federal.

Vou falar primeiro sobre o que diz respeito a efetivo. Hoje nós temos aproximadamente 14,5 mil homens e mulheres que se desdobram para fazer o serviço de uma população que cresce em progressão geométrica. E nós nem aritmeticamente crescemos, nós estamos parados.

É insano isso. Se formos avocar aqui os direitos humanos, é desumano um policial militar trabalhar 18 horas ou 20 horas seguidas porque nós não temos



condições de substituí-lo; não tem outro policial para deixarmos no seu lugar; e ele tem que cumprir a missão.

Por isso eu disse, na minha fala inicial, que nós somos incomparáveis — e a senhora citou isso aqui muito bem. Nós somos incomparáveis — e aí o nosso Deputado Amauri Teixeira fortaleceu isso na minha mente — porque, enquanto em outras instituições o ar-condicionado e o horário fazem com que a caneta caia da mão, na nossa instituição, isso não é possível enquanto a missão não for cumprida.

Eu continuo no efetivo. O Secretário Sandro Avelar disse que, às vezes, as informações da imprensa acabam trazendo absurdos para os olhos e ouvidos da nossa sociedade. Eu já ouvi pessoas dizerem coisas absurdas do tipo: *“A folga do policial é imensa. É só reduzir a folga que aí vamos ter mais efetivo”*. Essas pessoas não sabem que todo policial militar, quando está trabalhando em uma guarnição e conduz um flagrante à delegacia, também participa de toda a persecução no processo. Antigamente nós recebíamos ofícios dos juízes para apresentar o policial. Hoje, Deputada Erika Kokay, o policial já recebe a agenda na primeira audiência, ou seja, ele já tem marcado os dias em que vai comparecer em juízo naquele processo específico.

Aí a gente fica pensando: um policial que trabalha à noite, em turnos de 12 por 60 horas, tem folga ao fim de 3 anos? Não. Na sua folga, cotidianamente, ele está nos fóruns acompanhando os processos. Ele não tem folga. E alguém disse por aí que o policial tem uma folga grande e que basta acabar com a folga que se aumentaria o efetivo. Isso não é verdade.

Depois desses 3 anos, o que nós fazemos com esse policial que não teve folga? Eu me recordo de que, quando comandeí a PM de Ceilândia, nós tentamos criar um banco de horas. Mas quase tive que vender minha família lá, porque não temos como pagar as horas. É insano isso.

Então, ao longo dos anos, nós vimos tendo um problema seriíssimo de efetivo. E agora a prospecção de um estudo que nós acabamos de fazer nos diz que, de acordo com o efetivo ideal de 18.673 policiais para 2015, conforme diz a Lei 12.086, de 2009, se nós inserirmos na corporação 1.500 policiais por ano, que é a nossa capacidade extrema de formação — porque nós levamos aproximadamente 1 ano para formar um policial militar —, nós só atingiremos os 18.673 em 2022.



Estamos levando em consideração a prospecção que foi feita em 2009, com vistas a 2015. Então, conforme a situação fática de hoje, de que não tem como fugir, nós só vamos atingir isso em 2022. E aí nós temos que pedir a Deus que a população pare de crescer de 2015 a 2022, bem como o número de veículos.

Portanto, nós temos um problema sério. É por isso que esta audiência aqui é extremamente pertinente. Nós temos que discutir isso.

A igualdade salarial é outro problema seriíssimo. Não vou citar as instituições e nem quero expor os nossos companheiros. Eu vou falar de mim. Hoje um coronel, depois de 30 anos de serviço, Sr. Deputado Amauri Teixeira, vai embora para casa com um salário líquido de no máximo 12 mil reais, só contando os descontos obrigatórios e se ele não tiver nenhuma pensão alimentícia — normalmente tem umas três pensões alimentícias. Portanto, depois de 30 anos de serviço, se ele tiver só os descontos obrigatórios, não leva mais do que 12 mil reais de aposentadoria para casa. Esse é o salário de um coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, que dizem que é a mais bem remunerada do País. Se nós somos a Polícia Militar mais bem remunerada do País, o que será das demais?

Então esta é pergunta que nós temos hoje atrelada ao efetivo: qual é a motivação para ingressar nesses quadros e permanecer neles? O salário inicial de um policial fica em aproximadamente 5 mil reais. Talvez o piso seja atraente. Mas o teto de um coronel — eu não vou falar do teto de subtenente, que seria muito mais vergonhoso — é totalmente desmotivador para a permanência de qualquer um na instituição.

Então essa discussão aqui é extremamente importante e extremamente pertinente. Nós falamos aqui de efetivo; falamos de salário; e falamos dessa igualdade salarial dentro da segurança pública.

Se ainda nós formos trabalhar com direitos humanos, hoje temos unidades policiais militares onde o policial tem dificuldade para ir ao banheiro. Outro dia eu me cansei do cheiro do banheiro do Palácio Tiradentes, onde fica o QG, que fedia muito devido ao estado deplorável em que se encontrava. Nós mandamos quebrar tudo. Destruímos o banheiro porque ele era inútil e servia só para trazer odores horríveis ao local do nosso trabalho.



Essas situações precisam, sim, ser discutidas. E já que elas serão discutidas, que sejam discutidas em profundidade, para que se deem condições para o policial militar trabalhar. Nós tivemos agora recentemente, na abertura da Copa das Confederações e com o advento dos *black blocs*, policiais militares no espelho d'água do Congresso Nacional, defendendo esta Casa. E eles o fizeram, como disse o Deputado Ronaldo Fonseca, com brilhantismo, sem nenhum equipamento de proteção individual. Somente agora nós estamos conseguindo fazer a licitação disso no mercado. E eu, em pronunciamento aqui nesta Casa, aproveitando a oportunidade que tive em plenário, Deputado Amauri Teixeira, não fiz um pedido; eu clamei para que os nossos Deputados alterassem a legislação a que somos submetidos para a aquisição dos nossos equipamentos.

Nós não podemos ter, daqui a 1 ano, um escudo de que precisaremos amanhã. Isso ocorre devido à IN nº 04, de 2010, que nos remete à Lei 8.666 e nos obriga a cumprir um rito ao processo. Talvez, quando o equipamento chegar, ele já esteja obsoleto; outros equipamentos surgiram; ou então perdemos alguns policiais no exercício das suas funções.

Essas são, a meu ver, bem rapidamente, mudanças para serem discutidas. E são mudanças urgentes porque elas tratam dos nossos recursos humanos e trazem à baila aquilo de que realmente precisamos.

Respondendo à pergunta, nós estamos agora com o processo da nossa reestruturação, que, como disse o Coronel Júlio, está sendo discutida no Corpo de Bombeiros. E nós discutimos isso na corporação desde que assumimos o comando, por determinação do Governador. Foi criada uma comissão através de portaria, que, num primeiro momento, teve a participação de vários policiais militares de todos os postos e graduações. Nós temos praças aqui presentes que participaram e participam desse processo e que o conhecem muito bem. É um processo, Deputada Erika Kokay, que traz dignidade para a instituição; é um processo que dá fluxo para a instituição; é um processo que retém essa mão de obra extremamente qualificada. E eu não estou falando de mão de obra de maneira pejorativa porque, apesar de ser coronel e ser o Comandante-Geral da corporação, eu me considero um soldado. Eu até brinco lá em casa e, quando a esposa me manda fazer alguma coisa, falo: “Eu



*vou fazer. Eu sou soldado. Estou aqui para cumprir ordens*”. Esse é um dos nossos misteres. Nós precisamos disso.

Essa carreira que está sendo estruturada e prospectada hoje e que com certeza vai chegar a esta Casa para ser discutida, onde muitos arranjos e ajustes serão feitos, já foi discutida dentro da nossa instituição. No momento certo ela vai ser divulgada. Nós estamos tão somente dentro do trato burocrático, como o senhor disse — e a burocracia nos afronta, a burocracia até nos despersonaliza muitas vezes. Nós estamos agora nessa situação da reestruturação, mas caminhando a passos largos.

A outra pergunta é em relação ao código de conduta. A partir do dia 22, que é amanhã, quando a nossa comissão encerra os seus trabalhos, nós vamos socializar esse código de conduta, Deputada Erika Kokay, para toda a nossa instituição, para que nós possamos apontar o que pode ser melhorado e o que pode ser conduzido. Nós entendemos que, dentro de um processo democrático, nós elegemos pessoas para que representem as demais. Em toda a construção, tanto do código de conduta quanto da reestruturação, representantes de diferentes postos e graduações participaram do processo. É bem verdade que nós não tivemos todos participando, como aqui nós não temos todos os policiais ouvindo esta audiência pública. Também aqui, dentro deste Parlamento, nós não temos todos os brasileiros, que elegem representantes para isso. Indo além, extrapolando esse processo democrático, tudo será socializado e todos terão oportunidade de apontar o que pode ser alterado e o que não pode. E isso será sempre levado adiante, sempre será levado a efeito.

Para finalizar aqui a nossa fala, nós queremos nos colocar à disposição, como o fez o Coronel Júlio. Queremos dizer, Deputado Amauri Teixeira, que, muito diferentemente do que existe no imaginário das pessoas, a Polícia Militar do Distrito Federal e, com certeza, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal são instituições públicas e por isso estão de portas abertas. Nós, os integrantes dessas instituições, somos servidores públicos e queremos fazer aquilo que atende à nossa população. E quem define o que é melhor para a população é ela mesma. Ela faz isso através das leis que são construídas aqui, com a discussão de todos. Portanto é isso que nós estamos fazendo.



Nós nos colocamos à disposição para participar desse processo de construção. E temos a certeza de que, com a sabedoria e a inteligência das pessoas que estão tratando desse processo, bem como com o direcionamento de Deus na vida delas, nós teremos, sim, uma polícia que vai crescer, uma polícia que vai melhorar na sua atuação e no seu mister de atender à sociedade.

Nós estamos muito honrados e agradecidos por ter participado deste momento. Quero parabenizar as falas que aqui foram feitas. Todas foram brilhantes e, com certeza, vão engrandecer a nossa caminhada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Queremos mais uma vez agradecer ao Coronel Jooziel.

Algumas perguntas chegaram aqui. Mas eu não vou reproduzi-las como fiz com as duas anteriores. Eu apenas as repassarei às pessoas a que foram dirigidas, para serem respondidas pelos canais competentes.

Nós estamos encerrando a reunião. A Deputada Erika Kokay está me lembrando aqui de que, às 12h30min, nós temos um compromisso com o Senador Walter Pinheiro e com um servidor do Banco Central. Já são 12h32min.

Eu quero dizer, coronel, que esta foi uma das audiências mais participativas que tivemos aqui. É comum as audiências não terem a participação de todo um efetivo ou de todas as categorias. Inclusive é comum os plenários estarem vazios. Portanto quero também agradecer pelo comparecimento de todos vocês.

Antes de encerrarmos a sessão, eu vou passar a palavra à Deputada Erika Kokay, para suas considerações finais.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu tenho alguns encaminhamentos a fazer. O primeiro aspecto é que nós temos clareza de que os direitos humanos são direitos universais. Todo ser humano tem direito a viver como ser humano. Os direitos humanos tratam da possibilidade de viver como ser humano. E ser humano significa ter capacidade de ser sujeito e de ter dignidade. Eu acho que os direitos humanos são superiores à cidadania: a cidadania envolve direitos e deveres; e os direitos humanos envolve dignidade humana. Então o fato de nascermos como seres humanos nos assegura direitos. E esses direitos têm que ser exercidos.



Portanto os direitos humanos cabem a todos os seres humanos. E não existe nenhuma condição — nem farda, nem carteira de Deputado, nem *bottom* de Deputado, nem terno ou qualquer coisa — que possa ser salvo-conduto para você não considerar que o outro tenha os mesmos direitos que você tem. Nós somos diferentes. Nós somos diversos. Cada ser humano é singular. Mas nós temos os mesmos direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos fala que todo ser humano nasce livre e igual em direitos. Então me assusta muito quando ouço das pessoas o que já ouvi isso de uma liderança popular: *“Agora a violência da nossa cidade diminuiu porque só morrem bandidos e os cidadãos não morrem mais”*. Todo ser humano tem direito à vida e todo ser humano tem direito ao exercício da humanidade, que se expressa das mais variadas formas possíveis.

Por isso nós aqui defendemos o Projeto 4.471, que acaba com os autos de infringência e não é contra as polícias. Mas ele vai possibilitar que, todas as vezes que houver morte em confronto policial, seja feita uma investigação. Isso protege inclusive os próprios policiais no exercício da sua função. Portanto, nós defendemos uma série de medidas que lhes dão salvaguarda.

Direitos humanos nunca foi defesa de bandido, até porque a Declaração de Viena, de 1994, diz que direito à saúde é direito humano; direito ao trabalho é direito humano; direito às liberdades civis é direito humano; direito ao meio ambiente é direito humano. Enfim, acho que nós temos que partir desse patamar de que não é apenas uma parcela da população que tem direitos humanos, mas que todos nós temos direitos humanos.

Nós estamos fazendo essa discussão até porque nós entendemos a importância das forças policiais. E eu sei que não é a Secretaria de Segurança ou a política de segurança que promove a violência. Mas eu sei que nós não vamos construir uma sociedade mais ética, uma sociedade onde realmente se enfrente a violência sem contar com um processo intenso dos policiais, como diz a portaria.

A portaria fala em cursos, fala no incentivo à universalização do terceiro grau, que já existe aqui no Distrito Federal; fala nos equipamentos; fala na saúde. Nós temos uma série de patologias que são relacionadas ao trabalho policial, que é um trabalho de tensão permanente, um trabalho de exposição, de posicionamento ostensivo.





Portanto, eu penso que construir uma política de direitos humanos envolve as polícias fundamentalmente. E isso envolve também a valorização. O policial deve se sentir valorizado, com voz e com liberdade. Aqui nessa portaria nós falamos da livre expressão em *blogs*, em *sites*. Enfim, tem que ser livre a manifestação do policial.

Inclusive nós queremos, Comandante, que a nova proposta de código de conduta seja discutida nesta Casa, para que os policiais possam falar sobre ela, os policiais possam opinar sobre ela. Nós temos hoje uma série de mecanismos que possibilitam isso, nós temos os *blogs*, os *sites*, as redes sociais. Essa proposta diz respeito à vida das pessoas. Nós não podemos mais fazer qualquer política para uma corporação que não conte com as pessoas que ali estão. É preciso fazer o recorte das pessoas. Há profissionais que precisam opinar sobre tudo o que diz respeito à sua própria vida e à própria construção da política.

Então nós estamos sugerindo que se faça uma nova audiência pública para discutir aqui o código de conduta, para que ele seja apresentado aqui e nós possamos discuti-lo. Queremos abrir um fórum de discussão nesse sentido.

Nós vamos solicitar que haja essa Comissão Especial para discutir a unificação/desmilitarização. Um coronel também ganha muito pouco, se você comparar os 12,8 mil reais ou 16 mil reais líquidos, ou o que seja ao que ganham outras forças de segurança. O próprio piso salarial, se não me falha a memória, é o menor piso das forças de segurança com terceiro grau, é inclusive menor do o de outros segmentos que agora passaram a ganhar mais e que não têm a obrigatoriedade do nível superior. É um piso que não se justifica para a função que se exerce.

Portanto, penso que nós deveríamos discutir aqui a criação de uma Comissão Especial para discutir a unificação/desmilitarização, porque há muita confusão acerca disso. A impressão que se tem é de que se vai extinguir a Polícia Militar, como aqui foi dito pelo Roner. Mas não é isso, não se propõe a extinção. São poucos os países que têm esse nível de militarização do Brasil. Na maior parte dos países há uma unificação que pressupõe todos os aspectos, inclusive o salarial.

É preciso que a gente discuta aqui o Regulamento Disciplinar do Exército — RDE, as mudanças do código de conduta. É preciso que a gente tenha o compromisso do Presidente desta Comissão, Deputado Amauri, no sentido de que a



Comissão se posicione através da sua Presidência, pedindo que seja dada celeridade à reestruturação. A reestruturação é urgente. A reestruturação é parte dos compromissos do Governador, que com ela se comprometeu várias vezes. A reestruturação pressupõe fluxo. Eu posso estar inclusive com a informação errada, mas não me lembro de nenhuma carreira que não tenha fluxo. Toda carreira tem que ter fluxo, senão não é carreira. Se você sabe que tem grande chance de não chegar ou que não chegará a determinado nível de uma carreira, ela não é carreira. Então, como foi dito aqui pelo nosso Secretário Sandro Avelar, o policial deve saber em quanto tempo ele vai estar no topo. O policial deve saber, o bancário deve saber, todas as categorias devem saber. Não me lembro de uma carreira que seja fictícia. Uma carreira tem que possibilitar que todo mundo chegue ao topo. Ela não pode ser uma carreira em que você sabe que não chegará ao topo, porque tem uma série de entraves. Eu acho que a reestruturação da carreira resolve isso e também trabalha a perspectiva de isonomia com outros segmentos das forças de segurança.

Portanto nós vamos solicitar celeridade. Isso tem que ser feito ao Governador do Distrito Federal. De início, eu tinha sugerido um fórum. Como, para além do fórum, existe uma proposta, penso que é preciso que essa proposta tenha a celeridade que exige a sociedade e também os policiais e bombeiros militares.

Vou apenas replicar o que nós dissemos aqui. É preciso que a gente sugira uma Comissão Especial para discutir unificação/desmilitarização e que a gente possa realizar uma audiência pública para discutir o código de conduta. Não sei se isso é possível neste momento, porque estamos quase no fim do ano. Mas acho que o código de conduta tem que ser bem discutido e bem publicizado, para que tenha a participação de todos e todas. Como conclusão desta audiência, penso que nós devemos solicitar celeridade ao Presidente da Casa, em correspondência dirigida ao Governador.

Inclusive, Deputado Amauri, seria importante que os Parlamentares desta Comissão pudessem ter uma audiência com o Governador do Distrito Federal. O Presidente da Comissão, Deputado Otavio Leite, poderia solicitar, em nome da Comissão, uma reunião com o Governador do Distrito Federal, para pedir que seja acelerado o processo de tramitação dessa proposta, que vai passar pela Casa. E aqui nós podemos fazer muitas discussões.



O ideal é que a proposta, ao chegar à Casa, já seja fruto de discussão. O que a gente viu em determinados momentos, com relação a projetos que diziam respeito aos policiais e bombeiros militares, é que eles chegaram sem discussão com as representações da categoria. Isso fez com que a gente também não tivesse espaço para emendá-los, senão poderíamos atrasar o que eles trariam de avanço.

O ideal é que chegue à Casa um projeto fruto de discussão. E aqui na Casa, o nosso compromisso é provocar o máximo de discussão possível, para que possamos aprimorá-lo. De toda sorte, de nada adianta a gente falar disso, se o projeto não chegar. O projeto tem que chegar.

A gente tem que ter alguma coisa concreta, que avance na perspectiva de resolver os problemas e as travas da carreira e que, ao mesmo tempo, possa trabalhar na perspectiva histórica de haver uma isonomia salarial.

Se nós compararmos as polícias, nós vamos ver que existe uma diferença muito grande entre elas. E por mais que elas trabalhem de forma harmoniosa, nós sabemos, como aqui já foi dito, que não há apenas o policiamento ostensivo, porque o policial tem que servir como testemunha, tem que estar à disposição do próprio processo judicial. Mas o policiamento ostensivo é absolutamente fundamental.

Eu digo que a farda não pode ser alguma coisa que a população veja como opressão ou como ameaça. Ela tem que vista como proteção. Por isso é que nós queremos discutir os direitos humanos dentro da corporação, para que eles possam ser uma realidade para o conjunto dos policiais e para que nós possamos ter uma polícia que assegure os direitos humanos do conjunto da população, entendendo que violência não se combate só com segurança pública.

Eu concordo com o Secretário Sandro Avelar no sentido de que existe uma série de políticas que têm que ser implementadas, do contrário haverá um processo de contrainvestimento muito profundo e uma violação de direitos muito intensa.

De toda sorte, eu apenas repito que farda não é salvo-conduto para que se cometa qualquer tipo de violação aos direitos humanos, como também a carteira de Deputado não o é, a caneta não o é, o terno também não o é. Ninguém, no exercício do serviço público, pode se utilizar dessa condição para reafirmar uma lógica que foi tão permanente neste País, que é a lógica de desumanização simbólica e, muitas vezes, de desumanização literal.



Era isso que eu queria falar. Mais uma vez quero agradecer ao Deputado Amauri Teixeira e pedir que sejam levados esses encaminhamentos, para que nós possamos ter algo concreto para o conjunto da sociedade através dos policiais e bombeiros militares. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Nós daremos sequência a todos os encaminhamentos propostos pela Deputada Erika Kokay.

Quero dizer ao Coronel Jooziel que a humanização começa realmente pelas condições de trabalho. Todas as categorias merecem condições dignas de trabalho. Mas a polícia, sem dúvida nenhuma, tem uma condição especial. E não é possível que ela não tenha equipamento, fardamento e armamento adequados. Isto é submeter uma instituição que tem um papel fundamental à fragilização e, principalmente, à deterioração da sua imagem.

Nós concordamos com isto: humanizar passa por dentro da instituição necessariamente, o que significa ter condições de trabalho adequadas. Concordo plenamente com o Coronel Jooziel. Tenho dito aqui que toda mística é falsa e que o Brasil tem muitas místicas. Uma dessas místicas é a de que a Lei de Licitações é a grande protetora da moralidade, quando a gente sabe que esta lei é a grande protetora de armações e conluios. Na sociedade em que nós vivemos hoje, com vários meios tecnológicos, não faz sentido dificultar e esconder ofertas, criando empresas que se conluíam, prendem a licitação e vendem a licitação a outra empresa. Eu fui gestor de saúde e concordo plenamente com o senhor. Uma licitação para a área da saúde, por exemplo, que tem tanta urgência quanto a área de segurança, não pode ser igual a uma licitação para a compra de caneta para uma instituição burocrática.

A Secretaria da Administração da Bahia centralizou a compra de determinados equipamentos. Ela botou computadores lá no Registro de Preços. Eu era da Secretaria de Saúde e comprei todos. *“Ah, o senhor comprou todos?” “Estou comprando. Eu preciso mais do que isso.”* E equipei todos os meus hospitais. Eu também comprei todos os aparelhos de ar-condicionado que ela colocou à disposição. Não era um Registro de Preços? *“Ah, você precisa?” “Eu preciso do dobro do que está aí para climatizar meus hospitais.”* E eu tinha hospitais inteiros,



como o de Jequié, que é um local terrivelmente calorento, sem nenhum conforto para o paciente.

Nós temos determinadas áreas da gestão que precisam ser tratadas de maneira diferenciada. Toda vez que tratamos áreas que são distintas de forma igual, nós estamos trazendo dificuldades, e a Lei de Licitações não é nenhuma protetora da moralidade. Não é à toa que as empreiteiras no Brasil, todas, cresceram, enriqueceram, assim como os seus donos, sob a égide dessa lei. E nós temos dificuldades, o Parlamento tem uma dificuldade. Eu não tenho muita paciência, é por isso que abri a sessão dizendo isso. Mas o senhor tem razão, é notório que nós precisamos alterar a Lei de Licitações para aquelas áreas que precisam de mais agilidade na gestão. Estou dizendo que é didático. Eu só advogava para a área de saúde. E hoje aqui, com os argumentos rápidos que o senhor trouxe e também acompanhando alguns episódios que houve com a Polícia — nós dialogávamos com a Polícia da Bahia —, nós também estamos convencidos de que a segurança tem uma dinâmica muito diferente das demais repartições públicas.

Mais uma vez, eu quero agradecer a todos e dizer que nós vamos tentar trabalhar todas essas sugestões trazidas por vocês, apresentadas pelos Deputados e tentar dar consequências a essas sugestões, algumas propostas saídas daqui.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco reunião deliberativa para a próxima terça-feira, às 14 horas, no Plenário 5, para a deliberação sobre o PL nº 6.565, de 2013, que altera o Estatuto do Desarmamento, para conceder porte de arma aos integrantes do quadro de agentes e guardas prisionais. Após as 16 horas, haverá audiência.

Um bom dia para todos.